

COGNA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/ME nº 02.800.026/0001-40
NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
28 DE ABRIL DE 2023

Índice

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	2
ANEXO A Informações Indicadas na Seção 2 do Formulário de Referência	6
ANEXO B Informações Indicadas nos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário De Referência	53
ANEXO C Informações Indicadas na Seção 8 do Formulário de Referência.....	58

** ** *

COGNA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/ME nº 02.800.026/0001-40
NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
28 DE ABRIL DE 2023

Senhores acionistas,

A administração da Cogna Educação S.A. ("Cogna" ou "Companhia") apresenta aos senhores acionistas sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") a se realizar, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2022 às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, a ser tida como realizada na sede da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), conforme os termos constantes do Edital de Convocação.

Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia em horário comercial e no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.cogna.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), cópias dos documentos a serem discutidos na Assembleia, incluindo aqueles exigidos pela RCVM 81.

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

Propõe-se a aprovação, sem ressalvas, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras").

O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria e Risco da Companhia manifestaram-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia, das contas da administração e das

Demonstrações Financeiras, conforme pareceres divulgados em conjunto com as Demonstrações Financeiras.

O relatório da administração, as Demonstrações Financeiras, e os pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Risco estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.cogna.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), e serão publicados no jornal "Folha de São Paulo".

Nos termos do art. 10, inciso III da RCVM 81, as informações dispostas no **Anexo A** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Deliberar sobre a absorção, pela reserva de capital, do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

O prejuízo da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 528.930.315,32 (quinhentos e vinte oito milhões, novecentos e trinta mil, trezentos e quinze reais e trinta e dois centavos)

Conforme previsto no art. 189, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Além disso o art. 200, inciso I, da mesma lei, prevê que as reservas de capital, podem ser utilizadas para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e reservas de lucros previstas no art. 189.

Dessa maneira, e tendo em vista que a Companhia não possui, atualmente, reservas de lucro e reserva legal, a Administração da Companhia submete aos acionistas, recomendando a sua aprovação em Assembleia, a absorção da totalidade do prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 528.930.315,32 (quinhentos e vinte oito milhões, novecentos e trinta mil, trezentos e quinze reais e trinta e dois centavos), pela reserva de capital proveniente de instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios.

As informações referentes à absorção do prejuízo ora proposta estão devidamente refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais foram amplamente divulgadas, nos termos da legislação vigente.

A administração da Companhia informa que, em função do prejuízo apurado, não serão apresentadas as informações indicadas no Anexo A da RCM 81, conforme decisão do Colegiado da CVM, de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010-14687).

(iii) Fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023

Propõe-se, para o exercício social de 2023, a fixação da remuneração anual global dos Administradores da Companhia em até R\$53.492.283,04 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e oitenta e três reais e quatrocentos) sendo estimado que (i) R\$31.819.806,59 (trinta e um milhões, oitocentos e dezenove mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e nove centavos) componham a Remuneração Fixa e Variável (exceto remuneração baseada em ações); e (ii) R\$21.672.476,45 (vinte e um milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) componham a remuneração com base nos Planos de Opção, Ações Restritas e Ações Performance Shares, decorrente do exercício de opção de ações e ações passíveis de serem exercidas ao longo do ano de 2023.

A Administração esclarece que o valor da remuneração global descrito acima, se acrescido de encargos trabalhistas pode alcançar o valor estimado em R\$59.726.529,00 (cinquenta e nove milhões, setecentos e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e nove reais), conforme descrito no item 8.20 do **Anexo C** à presente proposta.

A Administração entende que o valor proposto é condizente com as práticas de mercado se comparado a companhias de porte semelhante à Cogna. O valor estimado para Planos de Opção, Ações Restritas e Ações Performance Shares poderá alterar para mais ou para menos, conforme oscilação do preço da ação na data que o administrador receber as ações restritas a que for beneficiário.

As informações exigidas pelo art. 13, inciso II da RCM 81, estão contidas no **Anexo C** à presente proposta.

(iv) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal

A Administração da Companhia propõe que seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

(v) Caso o Conselho Fiscal seja instalado, fixar o respectivo número de membros, eleger seus membros e os respectivos suplentes, bem como fixar a sua remuneração

A Administração da Companhia propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, e que sejam eleitos os seguintes membros para o Conselho Fiscal da Companhia:

Membro Efetivo	Membro Suplente
Eduardo Christovam Galdi Mestieri	William Cordeiro
Anderson de Souza Marques	Wagner Brilhante de Albuquerque
Ricardo Scalzo	Marcelo Curti

As informações relativas aos candidatos indicados pela administração da Companhia, conforme exigido pelo art. 11, inciso I da RCVM 81 estão contidas no **Anexo C** à presente proposta.

A Administração da Companhia, propõe, ainda, que a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal seja equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados, nos termos do art. 162, § 3º, da Lei das S.A., sendo que o valor em questão já está considerando na remuneração proposta no item (iii) da Assembleia.

Belo Horizonte, 28 de março de 2023.

A Administração

ANEXO A

Informações Indicadas na Seção 2 do Formulário de Referência

(conforme art. 10, III, da RCVM 81)

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 2.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para o exercício indicado, ou em relação do ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item 2.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia analisava seus negócios em 5 segmentos operacionais, sendo (i) Kroton, (ii) Platos, (iii) Vasta, (iv) Saber, e (v) Outros. A partir de 1º de janeiro de 2022, com objetivo de otimizar suas divulgações, a administração da Companhia decidiu por consolidar algumas unidades de negócios e apresentar suas informações em apenas 3 segmentos, que consideram: a) unificação de Kroton e Platos, e b) consolidação da unidade de negócio Outros dentro de Saber. Considerando esse movimento, a Companhia passou a possuir 3 segmentos operacionais, sendo: Kroton (B2C de ensino superior nas modalidades Presencial e a distância, e B2B2C de Educação Continuada, nas modalidades presencial e a distância), Vasta (B2B de educação básica), e Saber (B2Gov de educação básica, Programa Nacional do Livro Didático, livros vendidos, cursos livres e preparatórios, e escolas de idiomas).

- **No Segmento Kroton**, No Segmento Kroton, a Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com 963.892 alunos (considerando os cursos de graduação e pós-graduação), sendo 319.385 matriculados na modalidade de alta presencialidade e 644.507

matriculados em baixa presencialidade. Considerando o total de alunos dos segmentos, obtivemos um crescimento de 11% em relação ao último ano. Em linha com a estratégia da Companhia em foco nos cursos digitais, a modalidade de baixa Presencialidade (AP) apresenta taxas de crescimento ainda mais expressivas que o segmento de Alta Presencialidade (BP).

Dessa forma, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida do segmento Kroton atingiu R\$ 3.346,7 milhões, que resultou em um aumento de 3,6% se comparado ao mesmo período de 2021.

- **No Segmento Saber**, a Companhia conta, na Educação Básica, com 114 unidades do Red Balloon e 5.274 escolas associadas em todo o território nacional, um aumento de 7,8 % em relação ao último ano.

Considerando os dados acima, a receita líquida do segmento obteve R\$ 481,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que gerou uma queda de 20% quando comparado com o mesmo período de 2021. Os resultados desse segmento foram menores frente ao ano de 2021, principalmente em razão da sazonalidade do ciclo comercial do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

- **No Segmento Vasta**, a receita líquida foi de R\$ 1.264,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 33,4% em comparação ao ano anterior, e superior ao ACV projetado para o ano. O aumento está principalmente impactado pela receita de subscrição, evidenciando a continua ampliação da participação desta modalidade de Receita, que oferece maior rentabilidade, previsibilidade e fidelização. Se faz importante mencionar que a Vasta possui ciclo comercial que se inicia no quarto trimestre de cada ano, onde são realizadas as primeiras entregas de conteúdo a seus alunos e escolas parceiras.

❖ **Indicadores Financeiros**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 5.092,2 milhões, aumento de R\$ 314,1 milhões em comparação com o exercício anterior, ou 6,6% na comparação anual, refletindo: (i) a retomada de crescimento de Receita Kroton, principalmente nos últimos dois trimestres do ano, e (ii) o crescimento de 33,4% da Receita Líquida de Vasta, decorrente do atingimento do ACV de R\$ 1,0 bilhão do ciclo de 2022 e da boa conversão do ACV ciclo de 2023 no 4T22 (primeiro trimestre do ciclo 2023). Por sua vez, nosso prejuízo foi de R\$ 573,5 milhões, R\$ 60,5 milhões maior que 2021, ocasionado principalmente pelo reconhecimento de perda ao valor recuperável dos ativos das operações do segmento Saber.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizaram R\$ 2.128,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, gerando uma redução de R\$1.912,1 milhões, ou 47,3%, quando comparado com o último exercício social encerrado.

A nossa administração analisa os índices de liquidez corrente e de endividamento a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Demonstramos no quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2022. A nossa administração analisa os índices de liquidez corrente e de endividamento a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Demonstramos no quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2022:

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022
Ativo Circulante	5.059,7
Passivo Circulante	4.069,3
Índice de liquidez corrente	1,2x
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	13.155,4
Ativo Total	26.396,8
Índice de endividamento	0,5x
Lucro Líquido	(541,0)
Ativo Total	26.396,8
Retorno sobre os ativos	(2,0%)
Lucro Líquido	(541,0)
Patrimônio Líquido	13.241,4
Retorno sobre o patrimônio líquido	(4,1%)

No comparativo entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Índice de liquidez corrente diminuiu de 1,7x para 1,2x impactado pela queda observada no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, fruto dos pagamentos de debêntures e contas a pagar por aquisições. Em contrapartida a esse efeito, houve captação de debêntures durante o exercício. Com relação ao índice de endividamento, esse foi mantido em 0,5x entre os exercícios.

Nosso retorno sobre os ativos passou de -1,8% em 31 de dezembro de 2021 para -2% em 31 de dezembro de 2022, em função da queda nos resultados do exercício social findo em 2022 e adicionalmente pela queda ocorrida nos ativos financeiros conforme mencionado no parágrafo anterior.

Considerando o retorno sobre o patrimônio líquido, obtivemos -4,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e -3,7% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A piora no índice está relacionada a queda observada no prejuízo entre os exercícios.

b. Estrutura de capital

Os nossos Diretores acreditam que nossa estrutura de capital é adequada para suprir as nossas necessidades, uma vez que apresentamos aumentos na geração de caixa e em Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, o Patrimônio Líquido teve redução de 3,8% passando de R\$13.770,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$13.241,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, impactado principalmente pelo prejuízo do exercício.

A seguir apresentamos as movimentações ao endividamento financeiro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

(em R\$ milhares)	31 de dezembro de 2022
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Circulante	2.038,3
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Não Circulante	3.152,9
Dívida Bruta	5.191,2
Caixa e equivalentes de caixa	(121,8)
Títulos e valores mobiliários	(2.059,1)
Disponibilidades	(2.180,8)
Dívida (Caixa) Líquida	3.010,3

Em 31 de dezembro de 2022, nosso endividamento financeiro líquido, calculado pela soma dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de ponta passiva registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de ponta ativa registrados no ativo circulante e não circulante, resultou em uma dívida líquida de R\$3.010,3 milhões, com um aumento de R\$184,8 milhões, ou 6,5% se comparado com o mesmo período do último ano, atrelado a queda no caixa e equivalentes de caixa do período.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital, separando em dois elementos fundamentais (i) capital de terceiros; e (ii) capital próprio. Consequentemente, temos uma análise de capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo, bem como da principal fonte de capital da Companhia.

(em R\$ milhares, exceto %)	31 de dezembro de 2022
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo não circulante)	13.155,4
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	13.241,4
Capital Total (Terceiros + Próprio)	26.396,8
Capital de Terceiros / Capital Total	49,80%
Capital Próprio / Capital Total	50,20%

❖ **Capital Próprio**

O Patrimônio Líquido registrou R\$ 13.241,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 13.770,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Além disso, a relação do capital próprio frente a nossa estrutura de capital foi de 50,2% em 31 de dezembro de 2022, frente a 48,3% em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 1,9p.p. na comparação entre os anos.

❖ **Capital de Terceiros**

O nosso capital de terceiros é constituído por empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes), no montante de R\$ 5.191,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e por demais passivos (relacionados as contas a pagar por aquisições, e instrumentos financeiros derivativos), no montante de R\$ 7.964,2 milhões, totalizando R\$ 13.155,4 milhões. Se comparados os valores de 31 de dezembro de 2022 com 31 de dezembro de 2021, houve uma queda de 10,8%, principalmente em consequência do pagamento das debêntures da Companhia.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos exercícios sociais, suprimos as nossas necessidades de recursos basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiros. Considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, os nossos Diretores acreditam que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso os nossos Diretores entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, englobando investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los a taxas de juros razoáveis.

Ademais, faz-se necessário destacar que a Companhia realizou a emissão de R\$500.000 (quinhentos milhões de reais) em debêntures no ano de 2022 com o objetivo de reforçar o capital de giro e alongar seu passivo financeiro.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures - Circulante	2.038,3
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures - Não Circulante	3.152,9
Endividamento Bruto	5.191,2
Endividamento Circulante / Total	39,30%
Endividamento Não Circulante / Total	60,70%

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossos Diretores acreditam que estamos em uma situação confortável em relação as nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista principalmente: (i) nossa capacidade de geração de caixa; (ii) a possibilidade de captação proveniente da emissão de ações; e (iii) a possibilidade de novas captações de recursos de terceiros.

A nossa fonte para capital de giro é fundamentalmente proveniente da geração própria de caixa e, eventualmente, da captação de recursos de terceiros.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, os nossos Diretores acreditam que aplicaram e continuam aplicando as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para

a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio.

(Em R\$ milhões)						Em 31 de dezembro de		
Empresa	Banco	Contrato	Valor do contrato	Vencimento	Taxa de juros	2022	2021	2020
Editora e Distribuidora Educacional S/A	DTVM OLIVEIRA TRUST	4a emissão Debentures série única – 27/08/2018	220	15 de agosto de 2021	CDI + 1,00% a.a. até Ago.19 - CDI + 0,80% de Ago.19 até vencimento	232,0	225,6	221,4
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	1a emissão Debentures série única – 15/04/2019	800	15 de abril de 2024	CDI + 0,65% a.a.	202,6	210,0	802,7
Cogna Educação S.A	Banco Santander S.A	6ª emissão Debêntures série única - 20/05/2020	500	20 de maio de 2023	CDI + 1,00% a.a.	513,9	502,4	499,9
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	2a emissão Debentures 1ª série – 15/08/2018	1129	15 de agosto de 2021	CDI + 0,75% a.a.	-	-	985,6
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	2a emissão Debentures 2ª série – 15/08/2018	4264	15 de agosto 2023	CDI + 1,00% a.a.	1.827,1	3.770,1	3.717,4
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	2a emissão Debentures 3ª série – 15/08/2018	106	15 de agosto 2025	IPCA + 6,7234% a.a.	137,7	130,2	117,9
Cogna Educação S.A	Banco Itau S.A.	3a e 4a emissão Debentures 1ª e 2ª séries e série única – 15/08/2018	1600	15 de agosto de 2022	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	-	88,7	875,1
Centro de Educação Integrada	Banco do Nordeste	CCG	4	N.A.	9,4% a.a.	-	-	0,2
Mind Makers	BDMG	CAPITAL DE GIRO	1	15 de novembro de 2026	TJLP	-	0,9	1,0
Cogna Educação S.A	Banco Santander S.A	7a emissão Debentures 1ª e 2ª séries – 20/08/2021	900	20 de agosto de 2024 e 20 de agosto de 2026	CDI + 2,60% a.a. e CDI + 2,95% a.a.	742,0	924,0	-
Anhanguera Educacional Participações S.A.	Banco Bradesco S.A	1a emissão – 25/11/2021	500	25 de novembro de 2026	CDI + 2,95% a.a.	503,8	499,7	-
Vasta Platform Limited	UBS Banco do Brasil	1a emissão Debêntures série única 10/08/2021	500	05 de agosto de 2023	CDI + 2,30% a.a.	529,6	514,8	-
COGNA BTG	Banco BTG	1ª emissão debêntures 1ª série 02/08/2022	67	13 de julho de 2027	CDI + 1,45% a.a.	69,1	-	-
COGNA BTG	Banco BTG	1ª emissão debêntures 2ª série 02/08/2022	331	12 de julho de 2029	IPCA + 7,9273% a.a.	329,9	-	-
COGNA BTG	Banco BTG	1ª emissão debêntures 3ª série 02/08/2022	102	13 de julho de 2032	IPCA + 8,0031% a.a.	103,3	-	-
TOTAL						5.191,2	6.866,4	7.221,2

<i>Parcela circulante</i>	2.038,3	2.120,6	2.049,0
<i>Parcela não circulante</i>	3.152,9	4.745,8	5.172,2

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo.

Caso a capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las com novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, buscamos analisar as opções disponíveis no momento, dependendo das contratações de mercado, almejando sempre o melhor prazo médio e os menores custos financeiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nossos Diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa, sabendo-se que o nosso endividamento é composto principalmente por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras de longo prazo, e visa assegurar recursos suficientes para fazer frente ao nosso ciclo operacional e de investimentos em nossos segmentos de atuação em Educação Básica, Ensino Superior EAD e Ensino Superior Presencial.

Quando recorremos a instituições bancárias, contratamos linhas perante as principais instituições financeiras do país, por meio de cédulas de crédito bancário, contas garantidas, arrendamento mercantil, fiança bancária, com taxas condizentes para empresas do nosso porte.

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento são: contratação de fiança bancária, cessão fiduciária de aplicações financeiras e alienação fiduciária de participações societárias.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada, o saldo devedor, o vencimento e outras garantias de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados.

A seguir apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022.

- Em 27 de agosto de 2018, através da Somos, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Saraiva Educação, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 2.200 ao Preço Unitário de R\$ 100. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para alongar o perfil de endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar seu caixa consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as debêntures foram transferidas para a controlada EDE.

- Em 15 de abril de 2019 a Controladora realizou sua primeira emissão de debêntures simples, realizada em série única. Foram subscritas 80.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada uma, totalizando R\$ 800.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. As debêntures terão prazo de 5 anos, sendo o vencimento final em 15 de abril de 2024. O pagamento de principal ocorrerá em uma única parcela e os juros devidos, calculados até as datas, ocorrem semestralmente (abril e outubro).

- A Companhia, por meio da controlada Saber, na data da aquisição da Somos em 11 de outubro de 2018, passou a consolidar nos demonstrativos financeiros, todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela Somos no âmbito (a) da 1ª Emissão Somos, bem como, em contrapartida, o recebimento, pela Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, no valor de R\$ 800.000; e (b) da 2ª Emissão Somos, bem como, em contrapartida, o recebimento pela Saber, das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas no valor de R\$ 800.000; e (ii) a assunção, pela Saber, de todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela Scipione no âmbito da 3ª Emissão Scipione, bem como, em contrapartida, a emissão, pela Scipione em favor da Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Scipione, de modo que a Saber é a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas 1ª Emissão Scipione no valor de R\$ 100.000. A Saber assumiu os direitos e obrigações de emissora decorrentes das Debêntures 1ª Emissão Somos, das Debêntures 2ª Emissão Somos e das Debêntures 3ª Emissão Scipione na forma de suas 2ª (segunda), 3ª (terceira) e 4ª (quarta) emissões públicas de debêntures, respectivamente. A Cognia, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019, assumiu todos e quaisquer ônus relativos as debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cognia se tornou a debenturista ao mercado. Em contrapartida a este

movimento, a Controlada Saber emitiu debêntures privadas com o intuito de quitação da dívida junto a Controladora.

- Em 20 de maio de 2020, a Companhia através da controladora Cogna realizou nova emissão de debentures simples, em série única. Foram subscritas 500.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando R\$ 500.000. As debêntures terão vencimento final em 2023, sendo que o pagamento de principal ocorrerá somente neste vencimento, e os juros devidos calculados até a data, serão pagos semestralmente nos meses de maio e novembro;

- A controlada Saber emitiu 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, totalizando R\$ 5.500.000, sendo: (i) 112.966 Debêntures da 1ª série no valor total de R\$ 1.129.660; (ii) 426.434 Debêntures da 2ª série no valor total de R\$ 4.264.340; e (iii) 10.600 Debêntures da 3ª série, no valor total de R\$ 106.000. A Controladora, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019 assumiu todos e quaisquer ônus relativos as debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna se tornou a debenturista ao mercado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apenas as duas últimas séries permanecem ativas;

- Adicionalmente, em 12 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples da Cogna, em até 2 (duas) séries, no valor total de até R\$900.000. Com relação ao vencimento das emissões, (i) o prazo das Debêntures da Primeira Série será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2024, considerando a remuneração de CDI+2,6%; e (ii) o prazo das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2026, considerando a remuneração de CDI+2,95%.

- Em 19 de novembro de 2021 a Companhia através de sua controlada Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Aesapar"), realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$500.000. As debêntures terão vencimento final em 2026, sendo que o pagamento de principal ocorrerá em duas parcelas, e os juros devidos calculados até a data, serão pagos semestralmente nos meses de fevereiro e agosto.

- Em 30 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única da controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A., no valor de R\$ 500.000. As debêntures terão vencimento final em 2024, sendo que o pagamento de principal ocorrerá somente neste vencimento,

- Em 01 de agosto de 2022, a Companhia realizou a 8ª emissão de debentures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor total de R\$500.000, sendo a primeira série remunerada pela taxa CDI, e as outras duas séries remuneradas pelo IPCA. A operação foi securitizada através de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI's"). Concomitantemente, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção das flutuações que possam ocorrer nas duas últimas séries, as quais são remuneradas pelo IPCA, convertendo em juros correspondentes a CDI+ 2,10% e CDI + 2.59% a.a., respectivamente.

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, com o objetivo de proteger sua exposição as variações nas taxas de juros atreladas as debêntures contratadas e atualizadas por IPCA, relacionadas as emissões “COGNA BTG”, 2ª e 3ª séries, e “COGNA 2ª emissão de debêntures”, 3ª série, mencionadas com maior detalhamento no item (i) dessa seção. Esses instrumentos financeiros derivativos estão representados especificamente por contratos de swap, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado.

								Consolidado
Operação de swap	Objetivo do derivativo	Remuneração ativo	Remuneração passivo	Valor nominal (R\$)	Vencimento	Ponta ativa (R\$)	Ponta passiva (R\$)	Ganho (perda) (R\$)
COGNA BTG 1ª emissão debêntures 2ª série	Proteção da Debênture	IPCA + 7,9273 %	CDI + 2,1900%	333.414	16/07/2029	373.353	381.242	(7.889)
COGNA BTG 1ª emissão debêntures 3ª série	Proteção da Debênture	IPCA + 8,0031 %	CDI + 2,5900%	102.751	15/07/2032	119.129	122.220	(3.091)
COGNA 2ª emissão debêntures 3ª série	Proteção da Debênture	IPCA + 6,7234 %	CDI + 2,1000%	134.813	15/08/2025	139.533	146.607	(7.074)
Total				570.978		632.015	650.069	(18.054)
Ativo não circulante								4.978
Passivo não circulante								(23.032)
								(18.054)

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real e contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores detentores de créditos com garantia real em relação aos demais credores quirografários.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

❖ Emissões “Cogna”, “EDE” e “AESAPAR” (cálculos trimestrais)

As debêntures emitidas pela controladora Cognia e pelas controladas EDE e AESAPAR requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”, os quais são apurados trimestralmente, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações consolidadas da Companhia. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2022.

O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12 meses), deduzido do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional. O cálculo de covenants financeiros considera os resultados das operações continuadas e descontinuadas, sendo necessário considerar os efeitos apresentados à nota explicativa 4, em conjunto aos quadros apresentados nas respectivas notas explicativas.

O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,09, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

De acordo com a escrituras de debêntures, com relação as demais obrigações, chamadas não financeiras, a Companhia informa que todas foram atendidas em 31 de dezembro de 2022.

❖ Emissão "Vasta" (cálculo anual)

As debêntures emitidas pela controlada indireta Somos Sistemas requerem a manutenção de índices financeiros "*covenants*", os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada ano, e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a:

- (i) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes no 1º (primeiro) ano;
- (ii) 4,00 (quatro) vezes no 2º (segundo) ano;
- (iii) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes no 3º (terceiro) ano, e;
- (iv) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes no 4º (quarto) ano.

Esse índice não pode ser descumprido por 2 períodos consecutivos ou por 3 períodos alternados durante a vigência da Emissão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,74, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas. Esse índice foi superado em 31 de dezembro de 2021, sendo o primeiro ano a ter superado o indicador, mas ainda em cumprimento das cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

	Em 31 de dezembro de 2022		
(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Limite disponível	Limite utilizado	% do limite utilizado
Bancos	-	-	0,00%

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações anuais consolidadas auditadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE RESULTADOS

Receita Líquida

Nossa receita líquida é composta pela receita bruta de vendas e/ou dos serviços prestados e pelas deduções da receita bruta (impostos, bolsas, descontos e devoluções).

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir apresentamos as principais operações que impactam a receita bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

Kroton: Corresponde a operação de Ensino Superior Presencial, onde a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam o produto de parcelamento próprio (PEP), aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior à Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe

uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A receita do segmento de Ensino a Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

Vasta: Corresponde ao segmento de Educação Básica do Grupo, operado pela controlada direta Vasta Platform Limited, que possui capital aberto na bolsa americana (NASDAQ). A Vasta oferta um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, estruturado em uma Plataforma Integrada de Serviços K-12 & PNLD/Contratos Oficiais, que engloba todos os produtos e serviços oferecidos para escolas parceiras, como: conteúdo físico e digital, assessoria pedagógica, avaliação, treinamento de professores, conteúdo de educação complementar (contraturno), tecnologia educacional, soluções de e-commerce, entre outros serviços.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da Educação Básica são compostas pelos tributos provenientes de nossas operações nos diversos segmentos, como escolas próprias, de idiomas, vendas de sistemas de ensino (ISS, PIS e COFINS), além das devoluções e dos abatimentos de material didático para escolas.

No Ensino Superior, as deduções são provenientes das bolsas do ProUni, concedidas em contrapartida à isenção fiscal de PIS e COFINS sobre a receita de graduação e Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o proporcional de Lucro Líquido da graduação. As demais deduções são provenientes de devoluções e/ou cancelamentos de mensalidades, de tributos sobre os serviços que não graduação (ISS, PIS e COFINS) e descontos condicionais sobre mensalidades e/ou juros sobre mensalidades em atraso.

Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O custo de produtos vendidos está relacionado aos custos de editoração e impressão de material didático vendido às escolas associadas de Educação Básica bem como no âmbito do PNLD, e é apurado com base nos gastos com materiais e serviços necessários para a confecção das coleções.

O custo de serviços prestados está relacionado aos custos de operação das unidades de Ensino Superior, representados pelos custos de professores, materiais, pessoal técnico, de apoio e pedagógico, aluguel, serviços de terceiros, outros custos operacionais e despesas com depreciação e amortização e é apurado com base nos gastos incorridos para a prestação do serviço.

Despesas/Receitas Operacionais

As nossas despesas operacionais são compostas por despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas operacionais líquidas, conforme abaixo:

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são compostas de despesas de marketing, direitos autorais, pessoal e provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas abrangem aluguel administrativo, viagens, manutenção, utilidades, serviços de terceiros, serviços de consultoria e despesas com pessoal, que incluem salários e encargos da estrutura corporativa e demais despesas com pessoal e despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso, além da reversão do AVP. Nas despesas financeiras, temos principalmente os juros sobre empréstimos, juros e mora fiscal e comercial e tarifas bancárias e de cobrança.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos definidas atualmente são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

As sociedades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional (presencial e/ou à distância) e graduação tecnológica.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2022	AV ⁽¹⁾ 2022 (%)	2021	AV ⁽¹⁾ 2021 (%)	Variação 2022 x 2021 (%)
Receita Líquida	5.092,2	100,0	4.778,1	100,0	6,6
Kroton	3.346,7	65,7	3.229,3	67,6	3,6
Saber	481,2	9,5	601,4	12,6	(20,0)
Vasta	1.264,3	24,8	947,4	19,8	33,4
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.864,9)	(36,6)	(1.903,7)	(39,8)	(2,0)
Custo dos Produtos Vendidos	(428,6)	(8,4)	(495,0)	(10,4)	(13,4)
Custo dos Serviços Vendidos	(1.436,3)	(28,2)	(1.408,7)	(29,5)	2,0
Lucro Bruto	3.227,3	63,4	2.874,3	60,2	12,3
Despesas Operacionais	(2.924,0)	(57,4)	(2.795,9)	(58,5)	4,6
Com Vendas	(548,7)	(10,8)	(570,8)	(11,9)	(3,9)
Gerais e Administrativas	(1.709,2)	(33,6)	(1.662,1)	(34,8)	2,8
Provisão para perda esperada	(435,0)	(8,5)	(537,6)	(11,3)	(19,1)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(215,4)	(4,2)	-	-	100,0
Outras receitas operacionais	14,9	0,3	6,0	0,1	147,5
Outras despesas operacionais	(28,7)	(0,6)	(33,1)	(0,7)	(13,2)
Equivalência patrimonial	(1,9)	(0,0)	1,6	0,0	(221,2)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	303,3	6,0	78,4	1,6	286,8
Resultado Financeiro	(895,4)	(17,6)	(583,8)	(12,2)	53,4
Receitas Financeiras	509,9	10,0	309,8	6,5	64,6
Despesas Financeiras	(1.405,3)	(27,6)	(893,6)	(18,7)	57,3
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(592,1)	(11,6)	(505,4)	(10,6)	17,2
Imposto de Renda e Contribuição Social	51,1	1,0	43,8	0,9	16,6
Do período	19,7	0,4	(2,4)	(0,1)	(924,3)
Diferidos	31,4	0,6	46,2	1,0	(32,1)
Lucro Líquido (Prejuízo) Antes das Operações Descontinuadas	(541,0)	(10,6)	(461,5)	(9,7)	17,2
Resultado das Operações Descontinuadas	-	-	(51,5)	(1,1)	(100,0)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(541,0)	(10,6)	(513,0)	(10,7)	5,5

(1) Percentual do total da Receita líquida.

Receita líquida

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2022	AV ⁽¹⁾ 2022 (%)	2021	AV ⁽¹⁾ 2021 (%)	Variação 2022 x 2021 (%)
Receita Bruta	6.701,6	131,6	6.328,3	132,4	5,9
Kroton	4.776,3	93,8	4.558,6	95,4	4,8
Saber	504,3	9,9	658,8	13,8	(23,4)
Vasta	1.421,1	27,9	1.110,9	23,3	27,9
Deduções da Receita Bruta	(1.609,4)	(31,6)	(1.550,2)	(32,4)	3,8
Kroton	(1.429,6)	(28,1)	(1.329,3)	(27,8)	7,5
Saber	(23,1)	(0,5)	(57,4)	(1,2)	(59,9)
Vasta	(156,8)	(3,1)	(163,5)	(3,4)	(4,1)
Receita Líquida	5.092,2	100,0	4.778,1	100,0	6,6
Kroton	3.346,7	65,7	3.229,3	67,6	3,6
Saber	481,2	9,5	601,4	12,6	(20,0)
Vasta	1.264,3	24,8	947,4	19,8	33,4

(1) Percentual do total da Receita líquida.

Receita Bruta

- Kroton**

A receita bruta do segmento Kroton no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.776,3 milhões comparado a R\$ 4.558,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 4,8%, acompanhando o crescimento na base de alunos principalmente na modalidade de baixa presencialidade.

- Saber**

A receita bruta da Saber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 504,3 milhões, comparado a R\$ 658,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, uma queda de 23,4%, principalmente decorrente da sazonalidade do ciclo comercial do PNLD.

- **Vasta**

A receita bruta da Vasta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.421,1 milhões, comparado a R\$ 1.110,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com um aumento de 27,9%.

Receita Líquida

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.092,2 milhões, comparado a R\$ 4.778,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumento de 6,6%, decorrente dos fatores mencionados anteriormente.

Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 428,6 milhões comparados a R\$ 495 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, redução de 13,4%, resultado principalmente de uma melhora nos custos editoriais.

- **Custo dos serviços prestados**

Os custos totais dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 1.436,3 milhões comparados a R\$ 1.408,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 2%, e tendo como principais impactos o aumento nas despesas com folha de pagamento, e uma menor reversão das contingências assumidas em combinações de negócios.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 3.227,3 milhões comparado a R\$ 2.874,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com aumento de 12,3% decorrente dos fatores mencionados anteriormente.

Despesas Operacionais

- **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para perda esperada (PCLD), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$ 983,7 milhões, comparados a R\$ 1.108,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com uma queda de 11,2%, impactado pela melhora na

adimplência que refletiu em uma menor provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no ensino superior pagante e nos produtos de parcelamento (PEP/PMT) comparado ao ano de 2021.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 1.709,2 milhões comparados a R\$ 1.662,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumento de 2,8%.

- **Perda por redução ao valor recuperável dos ativos**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, e em decorrência do aumento na taxa de juros, refletida na taxa de desconto aplicada (WACC) e revisão estratégica nos modelos de longo prazo desses negócios, foi verificada necessidade de reconhecimento de perda na unidade geradora de caixa Saber no montante total de R\$ 215,4 milhões, sendo composto pelas operações de: SETS, no montante de R\$ 120,3 milhões, e Idiomas, no montante de R\$ 95,1 milhões.

- **Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas**

A linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 obteve despesa de R\$ 13,8 milhões comparado a de R\$ 27,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, resultando de uma queda de despesa de 51,1% impactado, principalmente pelo resultado na venda dos ativos imobilizados, incluindo IFRS16.

Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 509,9 milhões, comparados a R\$ 309,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumento de 64,6% devido ao aumento do rendimento sobre aplicações financeiras e títulos e valores imobiliários, em contrapartida a uma leve queda no volume de juros sobre mensalidades.

- **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 1.405,3 milhões, comparados a R\$ 893,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumento de 57,3% devido principalmente aos encargos financeiros relacionados as debêntures que aumentaram 24,4%.

Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi prejuízo de R\$ 592,1 milhões, comparado a R\$ 505,4 milhões de prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento do prejuízo entre os períodos está evidenciado pelas informações supracitadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 obteve uma receita de R\$ 19,7 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 2,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, queda de R\$ 22,1 milhões. Esse impacto é principalmente derivado das provisões para contingências tributárias atreladas as recuperações fiscais de impostos. Com relação ao imposto de renda e contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2022 obtivemos uma receita de R\$ 31,4 milhões comparado a R\$ 46,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, redução de 32,1%.

Prejuízo do exercício

O prejuízo consolidado do exercício foi de R\$ 541 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado a um prejuízo de R\$ 513,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As variações decorrem das explicações supracitadas.

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(em R\$ milhões)	31 de dezembro de		Varição
	2022	2021	2022 x 2021 (%)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(585,5)	(505,4)	15,9
Ajustes para conciliação ao resultado:			
Depreciação e amortização	451,9	489,0	(7,6)
Depreciação IFRS-16	211,7	188,6	12,2
Amortização mais valia ágio alocado	260,7	275,5	(5,4)
Amortização mais valia de estoques	2,1	1,5	41,8
Amortização do livro digital	6,2	-	-
Custos editoriais	93,9	117,5	(20,0)
Provisão para perda esperada	435,0	537,6	(19,1)
Ajuste a valor presente do contas a receber	(6,6)	(6,5)	1,7
Reversão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(64,8)	(242,3)	(73,3)
Provisão (reversão) para perdas dos estoques	29,4	18,3	60,7
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas	(10,2)	(2,0)	400,5
Encargos financeiros	1.252,8	831,1	50,7
Outorga de opções de ações	34,2	11,7	192,3
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	14,1	0,0	

Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	215,4	-	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(335,5)	(126,3)	165,6
Equivalência patrimonial	1,9	(1,6)	(221,2)
Resultado de operações com derivativos	18,1	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) redução em contas a receber	(461,1)	(467,5)	(1,4)
(Aumento) redução em estoques	(199,4)	(135,4)	47,3
(Aumento) redução em adiantamentos	31,2	(61,2)	(151,0)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(73,4)	37,3	(296,7)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	4,4	17,0	(74,1)
(Aumento) redução em outros créditos	14,0	(6,4)	(320,2)
(Redução) aumento em fornecedores	15,9	115,5	(86,3)
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado	3,3	25,3	(87,0)
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	(0,1)	69,6	(100,1)
(Redução) aumento em tributos a pagar	(53,2)	89,0	(159,8)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	16,6	(20,7)	(180,2)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados	(0,0)	(7,5)	(99,8)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(108,2)	(153,2)	(29,4)
(Redução) aumento nas demais contas a pagar	(34,2)	(4,2)	719,3
Caixa gerado pelas operações	1.180,4	1.084,5	8,8
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27,4)	(44,5)	(38,5)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	(296,0)	(292,3)	1,2
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(739,7)	(244,0)	203,2
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	117,3	503,6	(76,7)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Investimento) resgate de títulos e valores mobiliários	715,9	(321,6)	(322,6)
Adições ao imobilizado	(148,1)	(133,3)	11,1
Adições ao intangível	(293,5)	(248,4)	18,1
Caixa adquirido em combinação de negócio	0,4	-	-
Pagamentos por aquisição de controladas	(29,2)	(183,1)	(84,0)
Recebimento pela venda de controladas	191,1	183,1	4,4
Recebimento de dividendos	3,2	-	-
Recebimento de valores cedidos em caixa a Controladas	-	309,8	(100,0)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	439,8	(393,6)	(211,7)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital	(18,8)	-	-
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	(3,6)	(5,1)	(28,4)
Recompra de debêntures	(348,9)	-	-
Participação de não controladores	-	(8,1)	(100,0)
Custos de repactuação das debêntures	(19,9)	(62,6)	(68,2)
Emissão Debêntures	500,0	1.900,0	(73,7)
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(141,0)	(121,6)	15,9
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures	(1.888,4)	(2.356,1)	(19,9)
Parcelas pagas em aquisição de empresas	(116,3)	(60,3)	92,7
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.036,8)	(713,9)	185,3
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.479,7)	(603,9)	(145,0)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.601,5	2.205,3	(27,4)
Caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas no fim do exercício	121,8	1.601,5	(92,4)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.479,7)	(603,9)	(145,0)

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

A geração de caixa líquida nas atividades operacionais apresentou redução de R\$ 386,3 milhões, substancialmente em decorrência do: (i) Maior volume de pagamentos de juros

de debêntures comparado com 2021 em R\$ 495,7 milhões, e (ii) aumento no volume de tributos a recuperar, em comparação ao último ano, no montante de R\$ 110,7 milhões. Esses movimentos foram parcialmente compensados por um menor pagamento de juros de contingências, no montante de R\$ 45 milhões, e redução nos tributos a pagar em comparação ao último ano, com variação total de R\$ 142,2 milhões.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento

O caixa líquido das atividades de investimento apresentou redução de R\$ 833,4 milhões, passando de um caixa aplicado de R\$ 393,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para um caixa gerado de R\$ 439,8, milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, substancialmente em decorrência do resgate das aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, para quitação das debentures com vencimento no ano.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou uma queda de R\$1.322,9 milhões na comparação entre os anos, principalmente pelas captações de debêntures que ocorreram em 2021 (R\$ 1,9 bilhão), e que suavizaram os efeitos de pagamento das dívidas ocorrida nos dois exercícios. Adicionalmente, houve recompra de debentures a mercado durante o ano de 2022, no montante de R\$ 348,9 milhões. Esse impacto foi reduzido pela emissão de nova debentures em 2022 no montante de R\$ 500 milhões.

Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a aplicação em caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 1.479,7 milhões, frente a uma aplicação de caixa e equivalente de caixa de R\$603,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação entre os períodos é explicada pelas informações supracitadas.

2.2. Os diretores devem comentar:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 2.2 foram

extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir apresentamos as principais operações que impactam a receita bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

Kroton: Corresponde a operação de Ensino Superior Presencial, onde a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam o produto de parcelamento próprio (PEP), aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior à Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A receita do segmento de Ensino a Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

Vasta: Corresponde ao segmento do Grupo Cogna que atende o mercado B2B (*Business to Business*) de Educação Básica, compreendendo a plataforma de serviços às escolas, que oferece uma gama de produtos e soluções educacionais, incluindo serviços digitais que apoiam o processo de gestão da escola. A receita possui um conceito de modelo de subscrição com contratos de longo prazo. Nesse sentido, ofertamos um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, estruturado em uma Plataforma Integrada de Serviços K-12, que engloba todos os produtos e serviços.

Saber: Composto pelos produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), estudos preparatórios para concursos e OAB e ensinos de idiomas ofertados durante a graduação, além de englobar também a operação que presta serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*), e participando do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Adicionalmente, inclui os serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo ("Red Balloon").

A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2022	AV ⁽¹⁾ 2022 (%)	2021	AV ⁽¹⁾ 2021 (%)	Varição 2022 x 2021 (%)
Receita Bruta	6.701,6	131,6	6.328,3	132,4	5,9
Kroton	4.776,3	93,8	4.558,6	95,4	4,8
Saber	504,3	9,9	658,8	13,8	(23,4)
Vasta	1.421,1	27,9	1.110,9	23,3	27,9
Deduções da Receita Bruta	(1.609,4)	(31,6)	(1.550,2)	(32,4)	3,8
Kroton	(1.429,6)	(28,1)	(1.329,3)	(27,8)	7,5
Saber	(23,1)	(0,5)	(57,4)	(1,2)	(59,9)
Vasta	(156,8)	(3,1)	(163,5)	(3,4)	(4,1)
Receita Líquida	5.092,2	100,0	4.778,1	100,0	6,6
Kroton	3.346,7	65,7	3.229,3	67,6	3,6
Saber	481,2	9,5	601,4	12,6	(20,0)
Vasta	1.264,3	24,8	947,4	19,8	33,4

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os nossos Diretores entendem que os resultados de nossas operações foram impactados por alguns fatores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Descrevemos a seguir o principal impacto identificado para o exercício:

“Impairment” do valor recuperável por modalidade

A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, e em decorrência do aumento na taxa de juros, refletida na taxa de desconto aplicada (WACC) e revisão estratégica nos modelos de longo prazo desses negócios, foi verificado necessidade de reconhecimento de perda na unidade geradora de caixa Saber no montante total de R\$ 215.434, sendo composto pelas operações de: (i) SETS, no

montante de R\$ 120.296, sendo R\$113.847 relacionado as mais valias do ágio, e R\$ 6.449 em demais intangíveis, e (ii) Idiomas, no montante de R\$ 95.138.

As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

Premissa	Kroton	Vasta	SABER		
			Idiomas	PNLD	SETS
quantidade de alunos - base, captação e evasão	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 13,41% (anteriormente apresentado 12,30%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,10% (anteriormente apresentado 10,81%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).
	2. Crescimento no ticket médio de calouros presencial alinhado com a expectativa de inflação a partir de 2025 e meia inflação no EAD. O ticket médio de veteranos apresenta um crescimento acima da inflação, 3% conforme ajuste já praticado.	2. A Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 14%, com crescimento pautado em sistemas de ensino, soluções complementares e digital service.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 11% (anteriormente 10,8%), principalmente pelo aumento dos alunos em English Solution B2B	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 3% (anteriormente 6,9%) seguindo a sazonalidade do produto	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 6% (anteriormente 10,6%), principalmente pelo aumento da venda de livros digitais.
	3. Crescimento na captação EAD com CAGR de 7% entre 2023 e 2026 e no Presencial com CAGR de 3% entre 2023 e 2026.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 21% e aumento de margem EBITDA.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 17% (anteriormente 18,4%), com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 6% (anteriormente 16,3%), com mudança de mix de produtos.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 21% (anteriormente 31%), com redução dos custos diretos relacionado a redução dos livros físicos por livros digitais.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os nossos Diretores entendem que o principal fator de impacto as receitas são decorrentes da inflação. Historicamente, reajustamos os preços das mensalidades e demais taxas em linha com a inflação esperada para o setor e seguindo a Lei das Mensalidades Escolares (Lei nº 9.870/99). Mitigamos também o impacto da inflação através de outras medidas, como o enobrecimento no *mix* de cursos no Ensino Superior, que possuem *tickets* médios maiores, incluindo cursos de Saúde e Engenharias.

Caso não consigamos mitigar o impacto do aumento no preço dos insumos, sofreremos uma redução de margem. Adicionalmente, cabe ressaltar que um aumento significativo na inflação pode reduzir o poder de consumo de nossos alunos e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento das mensalidades escolares.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os nossos Diretores informam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são impactados por fatores diversos, como: (i) inflação; (ii) preços dos insumos necessários para a produção de livros didáticos; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro; e (iv) o nível de renda da população.

Apresentamos abaixo as principais premissas identificadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021	2020
Crescimento do PIB (em %) ⁽¹⁾	2,9	4,6	-4,1
Inflação (IGP-M) (em %) ⁽²⁾	5,5	17,8	23,1
Inflação (IPCA) (em %) ⁽³⁾	5,8	10,1	4,5
CDI (em %) ⁽⁴⁾	12,4	4,4	2,8
TJLP (em %) ⁽⁵⁾	6,8	4,8	4,9
Taxa SELIC (em %)	13,7	9,2	1,9
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (em %)	6,9	-6,9	-22,4
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	5,2	5,6	5,2

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

⁽¹⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país.

⁽²⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 A inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

⁽³⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

⁽⁴⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, e anualizado. O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

⁽⁵⁾ Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

- ***Inflação e Preço de Insumos***

Como mencionado no item (i) dessa seção, entendemos que o principal fator de impacto a nossos resultados é a inflação, já que influencia diretamente em nossos custos e despesas operacionais, ambos normalmente corrigidos por índices que refletem a oscilações inflacionárias, geralmente indexados ao IGP-M ou IPCA.

Da mesma forma, os preços dos nossos insumos sofrem efeitos da inflação. Na Educação Básica, tivemos o impacto da variação de preços dos insumos que são necessários para a produção de livros didáticos, no qual foi compensada com o reajuste realizado no valor cobrado das nossas escolas associadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram parcialmente repassados às mensalidades segundo a Lei das Mensalidades Escolares, equilibrando nossos resultados e limitando os efeitos da inflação. A maior parte dos nossos custos e despesas são representados por folha de pagamento (principalmente professores), que anualmente são reajustados segundo à convenção coletiva da categoria profissional em cada região em que nós atuamos no caso de nossos funcionários, e índices de inflação ou de mercado (como o CDI) que corrigem nossos contratos de aluguel. Nossos insumos não sofreram alterações significativas para o exercício de 2022, que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

- ***Taxa de Juros e de Câmbio***

Os nossos Diretores entendem que estamos expostos a possíveis impactos originados pelas variações da taxa de juros. Contudo, nos últimos exercícios sociais potenciais variações incorridas tiveram um efeito imaterial no resultado financeiro, decorrente do perfil de saldo de caixa e endividamento da Companhia.

Um aumento na taxa de juros pode diminuir o poder de consumo do nosso aluno, o que pode gerar um impacto na renda destinada por ele à educação, afetando as nossas receitas.

A maior parcela de nossa dívida está sujeita à taxa de juros flutuantes expressa em reais cujo principal indexador é o CDI. Este indexador apresentou um aumento em 2022, e sendo assim, nosso resultado financeiro líquido obteve um aumento quando comparado a 31 de dezembro de 2021, em decorrência de um maior juro provisionado no período, e adicionalmente pela captação ocorrida no ano.

Cabe ressaltar que as variações no câmbio não nos afetam diretamente, pois não possuímos títulos de dívida e recebíveis emitidos em moeda estrangeira, além de nenhum dos nossos custos ser atrelado diretamente a moeda estrangeira.

- ***Taxa de Desemprego no Brasil***

Considerando que a maior parte dos nossos alunos trabalham durante o dia e estudam à noite, uma piora na taxa de desemprego pode afetar negativamente nossos resultados, pois grande parte destes alunos depende de sua renda para pagar as mensalidades. Essa taxa impacta nossos indicadores de evasão, adimplência, captação e retenção de alunos. Em 31 de dezembro de 2022, o nível de desemprego obteve uma queda, encerrando o período em 7,9%, impactando 8,6 milhões de brasileiros.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os nossos Diretores informam que não houve mudanças nas práticas contábeis que afetem significativamente as informações presentes nos itens 2.1 e 2.2 acima. Adicionalmente, temos novas normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não aplicáveis ao período aqui informado, as quais destacamos a seguir:

CPC 50 / IFRS 17 – Contrato de Seguros

Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é

assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

Este pronunciamento é aplicável aos exercícios de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação.

Alterações à CPC 32/ IAS 12 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento.

Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. Este pronunciamento é aplicável aos exercícios de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração está em avaliação de possíveis impactos, sendo que até o momento não houve nenhum indício de necessidade de algum reconhecimento ou divulgação.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os nossos diretores informam que não houve ênfase apresentada no parecer do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 2.4 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os nossos Diretores informam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, se faz importante mencionar que a Companhia decidiu por unificar alguns de seus segmentos operacionais durante o ano de 2022, com objetivo de otimizar suas divulgações. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia analisava seus negócios em 5 segmentos operacionais, sendo (i) Kroton, (ii) Platos, (iii) Vasta, (iv) Saber, e (v) Outros. Considerando a unificação dos segmentos, passamos a possuir apenas 3 segmentos, que consideramos: a) unificação de Kroton e Platos, e b) consolidação da unidade de negócio Outros dentro de Saber. Assim sendo, a estrutura de segmentação da Companhia ficou definida conforme descrito abaixo:

(i) Kroton: Considera a vertical de B2C (*Business to consumer*) de Ensino Superior que atua nas modalidades presencial e à distância (EAD), e a vertical B2B2C (*Business to Business to Consumer*) do Ensino Superior, que oferta produtos e serviços de Educação Continuada, nas modalidades presencial e EAD. Os resultados operacionais são regularmente analisados pelo principal gestor desse segmento considerando a totalidade dos negócios registrados, mesmo para as modalidades presencial e EAD. Apesar da receita dessas duas modalidades ter origens distintas, os custos estão totalmente compartilhados, considerando que mesmo para os cursos presenciais já tem mais de 30% de matérias sendo realizadas pelo aluno na modalidade a distância, além disso as unidades presenciais são utilizadas como polos à distância e compartilha os gestores e times administrativos;

(ii) Vasta: Composto pela vertical que atende ao mercado B2B (*Business to Business*) de Educação Básica, compreendendo a plataforma de serviços às escolas, que oferece uma gama de produtos e soluções educacionais, incluindo serviços digitais que apoiam o processo de gestão da escola. A receita possui um conceito de modelo de subscrição com contratos de longo prazo;

(iii) Saber: Composto pelos produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), estudos preparatórios para concursos e OAB e ensinamentos de idiomas ofertados durante a graduação, além de englobar também a operação que presta serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*), e participando do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Adicionalmente, inclui os serviços prestados pelas escolas de idiomas do Grupo ("Red Balloon").

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

• Aquisições realizadas em 2022

A Companhia, através de sua controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A ("Somos"), realizou a aquisição de 100% da participação societária no capital social das empresas Phidelis Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas Ltda. e MVP Consultoria e Sistemas Ltda., ("Phidellis"), em 17 de janeiro de 2022. A Phidelis é uma plataforma de gestão acadêmica que oferece desenvolvimento e licenciamento de software, além do gerenciamento de mensagens, retenção de alunos, matrícula e

inadimplência. A Companhia pagará o valor fixo de R\$ 17.057, sendo R\$ 8.854 pagos à vista na data da aquisição e o restante de R\$ 8.203 a ser pago em 2 anos, e pagamento variável de R\$ 4.909 em 3 parcelas corrigidas pelo IPCA, vinculadas ao atingimento de metas de desempenho entre 2022 e 2025.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial, na data dessa aquisição:

	MVP	Phidelis	Consolidado Total das combinações
Ativo circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	217	162	379
Contas a receber	131	65	196
Tributos a recuperar	5	1	6
Total ativo circulante	353	228	581
Ativo não circulante			
Imobilizado	72	-	72
Intangíveis	5.014	2.044	7.058
Licença de softwares	2.702	523	3.225
Carteira de Clientes	2.312	1.521	3.833
Total ativo não circulante	5.086	2.044	7.130
Total do ativo	5.439	2.272	7.711
Passivo circulante			
Obrigações trabalhistas	6	24	30
Obrigações tributárias	90	34	124
Demais contas a pagar	10	2	12
Total passivo circulante	106	60	166
Passivo não circulante			
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	2.504	-	2.504
Total passivo circulante	2.504	-	2.504
Total do passivo	2.610	60	2.670
Patrimônio líquido	2.829	2.212	5.041
Preço de Aquisição	18.366	3.600	21.966
Goodwill	15.537	1.388	16.925

c. Eventos ou operações não usuais

Os nossos Diretores informam que não houve eventos ou operações não usuais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA – *Earnings Before interest, taxes, depreciation and amortization*, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução da Comissão de Valores

Mobiliários nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e das depreciações e amortizações. A margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida. O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil calculado por meio da exclusão das receitas, custos ou despesas que a Companhia julga não serem potenciais geradores de caixa, sendo tais impactos não usuais ao resultado. Estes valores são compostos substancialmente pelos resultados advindos das empresas adquiridas, dos projetos de integração e planos de trabalho, e dos custos para desmobilização de unidades. Adicionalmente, a Companhia realiza a adição dos juros sobre mensalidades pagas em atraso, ao cálculo do EBITDA, visto que tal operação tem maior caráter operacional do que propriamente financeiro. A margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, a margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são: (i) medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Resolução CVM 156, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

Apresentamos abaixo o valor do EBITDA e do EBITDA Ajustado, bem como da margem EBITDA e da margem EBITDA Ajustado:

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	1.227,7	1.141,1	(4.142,5)
EBITDA ajustado	1.590,2	1.435,3	2.708,9
Margem EBITDA	24,1%	23,9%	-78,6%
Margem EBITDA ajustado	31,2%	30,0%	51,4%

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Apresentamos abaixo o nosso EBITDA e EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	(541,0)	(513,0)	(5.805,8)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(51,1)	(38,4)	(163,4)
(+) Resultado financeiro	895,4	647,3	673,6
(+) Depreciação e amortização	924,2	1.045,1	1.153,0
EBITDA	1.227,7	1.141,1	(4.142,5)
Juros sobre mensalidades ⁽ⁱ⁾	92,0	141,3	130,7
Outros ajustes	270,5	153,0	286,8
Rescisões ⁽ⁱⁱ⁾	60,4	58,4	87,9
Reestruturação de Unidades ⁽ⁱⁱⁱ⁾	19,0	0,0	0,0
Custos de M&A e Expansão ^(iv)	17,6	88,7	140,6
Campus do Futuro	0,0	161,1	318,6
Outros projetos ^(v)	238,6	205,7	4.520,4
Ganho de Capital – venda de sociedades controladas ^(vi)	0,0	(215,2)	6,9
Provisões/Reversões de Contingências	(65,2)	(145,7)	(159,6)
EBITDA ajustado	1.590,2	1.435,3	2.708,9

⁽ⁱ⁾ Para fins gerenciais a Companhia adiciona, ao EBITDA Ajustado, os juros sobre mensalidades dos alunos, visto que tais cobranças tem maior caráter operacional do que propriamente financeiro.

⁽ⁱⁱ⁾ Corresponde aos efeitos de rescisões resultantes das aquisições de novas empresas, e também da redução de carga horária dos professores, fruto das iniciativas para aumento de eficiência.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Corresponde aos custos decorrentes das aquisições e/ou integrações de empresas, além dos envolvidos em projetos de expansão.

^(iv) Corresponde a readequação do ensino superior da Companhia com o crescimento da Kroton Digital e turnaround da Kroton Campus.

^(v) Corresponde aos demais projetos de integração da Companhia, atrelados as diversas iniciativas relacionadas a transformação digital e aos planos de trabalho e planejamento estratégico, que resultou em reconhecimento de impairment do ágio em virtude da revisão no modelo de longo prazo da realização dos ativos.

^(vi) Corresponde ao ganho obtido na venda da participação na empresa SOE Operações Escolares S.A. e de suas controladas, durante o ano de 2021.

Apresentamos a seguir a margem EBITDA e margem EBITDA ajustado que são resultantes, respectivamente, da divisão do EBITDA ou do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida.

(Em milhões de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	5.092,2	4.778,1	5.269,1
Margem EBITDA	24,2%	23,9%	-78,6%
Margem EBITDA ajustado	31,4%	30,0%	51,4%

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A Dívida (Caixa) Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras e visa demonstrar o cálculo entre os empréstimos (circulante e não circulante), menos o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras (circulante e não circulante). Na gestão dos negócios da Companhia a dívida líquida (ativos financeiros líquidos) é uma medida utilizada para avaliar nossa posição financeira.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da dívida líquida para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos e debêntures – circulante	2.038,3	2.120,6	2.049,0
Empréstimos e financiamentos e debêntures – não circulante	3.152,9	4.745,8	5.172,2
Dívida Bruta	5.191,2	6.866,4	7.221,2
Caixa e equivalentes de caixa	(121,8)	(1.601,5)	(2.205,3)
Títulos e valores mobiliários	(1.955,0)	(2.439,4)	(1.991,5)
Disponibilidades	(2.076,8)	(4.040,9)	(4.196,8)
Dívida (Caixa) Líquida	3.114,4	2.825,5	3.024,4

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

O EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como ferramentas significativas para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas utilizadas pelo mercado para efeito comparativo com outras instituições do setor educacional, apesar de outras empresas poderem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós.

No entanto, uma vez que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

Sem prejuízo do acima exposto, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado permitem uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro.

Conforme art. 4º da Resolução CVM 156/22 a Companhia pode divulgar o EBITDA ajustado, excluindo itens que contribuam potencial de geração bruta de caixa. Neste sentido, a Companhia entende apropriada a apresentação deste indicador por permitir melhor compreensão dos números financeiros, visto que o EBITDA Ajustado desconsidera os eventos que a Companhia entende não serem potenciais geradores de caixa.

Com relação as margens EBITDA e EBITDA Ajustado, acreditamos que sua apresentação possibilita demonstrar a efetiva geração de resultados da Companhia, considerando como base a receita líquida gerada pelos nossos negócios. Tal indicador permite uma visão clara da lucratividade operacional da Companhia, desconsiderando os custos e despesas necessários a operação, possibilitando maior demonstração da eficiência de gestão do nosso negócio, e sendo de grande importância na tomada de decisão por nossos diretores.

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação da sua posição financeira e do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Acreditamos que essa medida funciona como uma ferramenta importante para acompanhar e comparar periodicamente a posição financeira da Companhia, bem como, para fundamentar determinadas decisões gerenciais.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Apresentamos abaixo os eventos subsequentes às nossas informações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 23 de março de 2023. Desse modo, estes itens descritos abaixo elas não refletem eventos posteriores a essa data.

Aquisição de debêntures privadas

Em 27 de janeiro de 2023, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$500 milhões sendo remunerada pela taxa CDI+2,15a.a., e com prazo de vencimento em 20 de janeiro de 2026. A parcela principal será quitada no vencimento da dívida, e os juros serão pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho.

Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados para alongamento do passivo financeiro e reforço de capital de giro da Companhia.

Recompra de debêntures

Seguindo seu planejamento financeiro, em acordo com a gestão de seu caixa, e a estratégia de *liability management*, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2023 a Companhia realizou a recompra de 199.403 debêntures, todas de emissão própria, que totalizaram o montante de R\$ 1.041,8 milhões. A taxa de remuneração da recompra é de CDI+1%a.a.

Recompra de ações

A Companhia, seguindo o plano de recompra de ações que foi aprovado pela Administração em 10 de fevereiro de 2022, realizou a recompra de 7.045.600 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, a serem mantidas em tesouraria, nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, considerando um valor médio de R\$ 2,19, e que totalizaram o montante de R\$ 15.459 mil.

Com essa movimentação, a Companhia informa que concluiu seu plano de recompra de ações, que possuía vencimento de 1 ano a contar de sua aprovação.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com nosso Estatuto Social, devemos deduzir dos resultados do exercício social os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuições sociais. Após tais deduções e antes de qualquer outra destinação, 5% do lucro líquido remanescente deverá ser destinado à constituição de reserva legal, limitados a 20% do nosso capital social. Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, que não excederá o valor do capital social, em importância não inferior a 25% e não superior a 75% do lucro líquido de cada exercício social.
a.i Valores das Retenções de Lucros	Não houve constituição de reserva legal e reserva de investimentos em virtude do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	De acordo com nosso Estatuto, o percentual destinado a reserva legal, no exercício, é de 5% e à reserva para investimentos de 57%.
(b) Valores das retenções de lucros	Não houve constituição de reserva legal e reserva de investimentos, em virtude do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
(c) Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o nosso Estatuto Social, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido ajustado, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações deve ser destinado ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do mínimo obrigatório, exige aprovação por maioria de votos de acionistas titulares das ações com direito a voto em circulação. No entanto, nos termos do artigo 202, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, a distribuição de dividendo não será obrigatória no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a nossa situação financeira. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e nossos administradores deverão encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de cinco dias da realização da assembleia geral, a exposição justificativa de tal informação. Dentro do contexto do nosso planejamento tributário, poderá ser benéfico o pagamento de juros sobre o capital próprio ao invés do pagamento de alguns ou todos os seus dividendos anuais.

	2022
	Todos os titulares de ações, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento, ressalvando-se que, nos termos do artigo 30, §4º da Lei das Sociedades por Ações, as ações adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento não farão jus a dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após o qual os valores dos dividendos ou juros sobre o capital próprio não reclamados serão revertidos em nosso favor. Ressaltamos ainda que o nosso Estatuto Social dispõe da prerrogativa da distribuição de dividendos intermediários, cujas características serão ilustradas no item 3.4 (d) abaixo.
(d) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do nosso Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários baseado em balanços trimestrais ou semestrais, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de nosso capital.
(e) Restrições à distribuição de dividendos	A Lei das Sociedades por Ações prevê que 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Nosso Estatuto Social prevê que parcela do lucro poderá ser atribuída à reserva para investimentos, importância não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão de suas atividades e de suas sociedades Controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, aquisição de sociedades e/ou ativos, ou criação e desenvolvimento de novos projetos e/ou empreendimento. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social. A legislação pertinente prevê ainda que parcela do lucro, mediante proposta realizada pelos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas de contingências ou poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado. A Lei das Sociedades por Ações permite, também, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso a assembleia geral aprove a recomendação dos órgãos da administração no sentido de que a distribuição seria incompatível com a nossa condição financeira. O conselho fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer à recomendação dos órgãos da administração. Nessa hipótese, nossa Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, dentro de cinco dias da realização da assembleia geral, a justificativa da suspensão. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos,

	2022
	a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita.
(e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Nossa política de destinação de resultados foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2022, e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (ri.cogna.com.br/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br).

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista em que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Na presente data, não possuímos contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iii. Contratos de construção não terminada

Não possuímos contratos de construção não terminada.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não possuímos contratos de construção não terminada.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os nossos Diretores informam que não detemos outros itens que não estejam registrados nas nossas demonstrações financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

- **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Com a aplicação da norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16), desde 1º de janeiro de 2019, temos impacto nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente dos arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), os quais mantiveram o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

b. Natureza e o propósito da operação

A Companhia e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos e imóveis, onde estão localizadas suas instituições de ensino superior (Graduação e Pós-graduação), além das escolas de idiomas. Após a aplicação da norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019, tais compromissos passaram a ser registrados no balanço patrimonial da Companhia, exceto os de curto prazo e baixo valor, que permaneceram sendo alocados às despesas de arrendamentos no resultado, conforme explicação apresentada no item 2.8 (a), visto que tais compromissos não são aplicáveis a norma contábil do CPC 06 / IFRS 16. Além disso, ressaltamos que o seu reconhecimento contábil é registrado no mês de competência.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os arrendamentos mercantis fora do escopo da nova norma, relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, totalizaram R\$19.136 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os nossos Diretores informam que a Companhia está investindo atualmente no Programa de Transformação Kroton (PTK), um conjunto soluções digitais com foco na vida acadêmica e financeira do aluno, e o desenvolvimento de novos produtos voltados para a ambidestria (inovação). Adicionalmente, realizamos a aquisição de Chromebook para o Learning Book, solução inovadora da Vasta para a evolução do processo de aprender e ensinar.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Nos últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia tem sido: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de debêntures.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Cogna tem como propósito impactar pessoas por meio da educação para um mundo melhor. Isso ocorre não apenas pela implementação de melhores práticas de governança na Companhia, mas principalmente ofertando ensino de qualidade com alcance para todo o Brasil, empoderando as pessoas para que possam ser agentes de transformação do seu futuro. Assim sendo, se faz necessário que as empresas levem em consideração os impactos ambientais e sociais às suas atividades, avaliem possibilidades de redução desses impactos, e os divulguem tempestivamente, caso gere valor a seus acionistas e investidores. Nesse contexto, e reconhecendo o tema sustentabilidade como sendo parte de sua estratégia, operação e valores inegociáveis, a Companhia lançou durante o ano de 2021 um conjunto de metas e compromissos com os temas ASG, que impactam diretamente seus negócios, e resultam em otimização dos custos diretamente atrelados a esses compromissos, os quais destacamos os principais abaixo:

ODS⁽ⁱ⁾	Descrição	Metas ambientais	Ano de conclusão
		<u>Energia</u>	
7	Energia limpa e acessível	Ter 90% da energia consumida na rede proveniente de fontes renováveis até 2025.	2025
		<u>Educação ambiental</u>	
12	Consumo e produção responsáveis	Impactar 1,8 milhão de pessoas em conteúdos de educação ambiental até 2025.	2025
		<u>Mudanças Climáticas</u>	
13	Ação contra a mudança global do clima	Mensurar o impacto das emissões de GEE na operação da Companhia, estipulando metas e compromissos para mitigação e compensação.	2022
ODS⁽ⁱ⁾	Descrição	Metas sociais	Ano de conclusão
		<u>Impacto social</u>	
3	Saúde e bem-estar	Beneficiar 5 milhões de pessoas através de atendimentos comunitários e projetos sociais das nossas unidades de ensino e parceiras até 2025.	2025
4	Educação de qualidade	Beneficiar 150 mil professores da educação pública com produtos e serviços educacionais até 2025.	2025
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Capacitar 150 mil pessoas em negócios e competências empreendedoras, em fomento ao empreendedorismo no país, até 2025.	2025
		<u>Saúde e segurança</u>	
3	Saúde e bem-estar	Capacitar 100% dos colaboradores da companhia em Saúde e Segurança até 2022.	2022
		<u>Diversidade</u>	

5	Igualdade de gênero	de	Possuir equidade (50%) de cargos de liderança ($\geq$ gerentes), ocupados por homens e mulheres até 2025.	2025
10	Redução das desigualdades	das	Aumentar o número de posições ocupadas por pessoas negras (pretas e pardas) para 40% até 2025.	2025
10	Redução das desigualdades	das	Aumentar o número de posições de liderança ocupadas por pessoas negras (pretas e pardas) para 40% até 2025.	2025
10	Redução das desigualdades	das	Manter a favorabilidade do público LGBTQIA+ igual ou maior 93 na Pesquisa de Engajamento até 2025.	2025
10	Redução das desigualdades	das	Capacitar 100% da liderança da companhia nos conteúdos do programa de diversidade da Universidade corporativa até 2025.	2025

ODS ⁽ⁱ⁾	Descrição	Metas de governança	Ano de conclusão
		<u>Governança</u>	
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Integrar metas ESG às políticas de remuneração variável de 100% da alta liderança.	2023
		<u>Diversidade</u>	
10	Redução das desigualdades	Ter representatividade de ao menos 1/3 de mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ no Conselho de Administração.	2022

(i) Objetivos de desenvolvimento sustentável.

Atualmente, a Companhia já possui diversas ações que reforçam seu compromisso com os temas ASG, os quais refletiram em melhora dos seus custos operacionais, dentre os quais podemos destacar:

- 84% da energia utilizada em toda Companhia vêm de fontes renováveis (o centro de distribuição do Grupo já possui 100% de sua energia através dessas fontes);
- 100% dos fornecedores que atuam ou pretendem prestar serviços a Companhia devem possuir certificação FSC (*Forest Stewardship Council*), que garante o manejo sustentável na cadeia de custódia do papel (atualmente a Companhia possui essa certificação).
- SROI (*Social Return on Investment*) – a cada R\$ 1 real investido pela Cogna, R\$ 7 reais retornam para a sociedade. Essa ação alcança a totalidade de 5 milhões de pessoas que são beneficiadas, envolvendo ativos socioeconômicos.

MATRIZ DE MATERIALIDADE

A matriz de materialidade, revisada em 2020, orienta a gestão e o reporte dos dez temas considerados mais relevantes para a Companhia e pelos nossos públicos de relacionamento para que os nossos negócios gerem valor e resultados de longo prazo. Para a priorização e transparência sobre

os temas mais relevantes para os negócios e para seus stakeholders, o processo compreendeu três etapas:

- (i) Análise de documentos internos e externos, como Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), frameworks para sustentabilidade do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e do Fórum Econômico Mundial (WEF), entre outros. Estudos de benchmark de tendências globais e setoriais;
- (ii) Entrevistas com executivos C-level da Companhia, pesquisa on-line com representantes dos públicos estratégicos: colaboradores, docentes, alunos, fornecedores, parceiros de negócio, analistas de mercado, investidores, representantes da sociedade civil, organizações não governamentais e entidades regulatórias. A consulta contou com a contribuição de 9.594 stakeholders, que contribuíram com o mapeamento dos temas mais relevantes para nosso negócio;
- (iii) Consolidação dos resultados obtidos por meio das consultas para a classificação dos temas com base na priorização para a Cogna e seus públicos de relacionamento. A matriz de materialidade é validada pela presidência e pelo Conselho de Administração.



Relatório de Sustentabilidade Cogna 2021, página 4. Disponível em: <https://www.esgcogna.com.br/relatorios/relatorios-de-sustentabilidade>

A estratégia de ASG (ambiental, social e governança), norteada pela matriz de materialidade, é sustentada por uma gestão transparente do tema. Para isso, contamos com um departamento dedicado com reporte direto ao CEO. A governança para a temática se completa com a sua vinculação ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Pessoas e ESG, criado em 2021. Além disso, a Companhia mantém políticas específicas de Sustentabilidade, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Direitos Humanos e Diversidade e Inclusão.

Em demonstração do engajamento da Cogna na agenda de sustentabilidade a Companhia que é signatária do Pacto Global, desde 2010, assume voluntariamente metas ASG. Alicerçada nos Compromissos Cogna por um Mundo Melhor, manifesto de sustentabilidade da Cogna alinhado aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, possui objetivos específicos para cada uma das dimensões ASG:



Equilíbrio entre Pessoas e Natureza

Fazer uso eficiente dos recursos naturais, priorizando fontes renováveis para um mundo mais verde;

Educar e promover a conscientização ambiental, clientes de que todos somos responsáveis pelas mudanças climáticas;

Promover o equilíbrio entre o uso dos recursos, sua preservação e compensação ambiental.



Educação, Diversidade e Direitos Humanos

Contribuir com a Educação Pública no país;

Fomentar o ecossistema empreendedor e a empregabilidade, auxiliando na jornada profissional e na construção da carreira;

Promover o desenvolvimento econômico e social no entorno das unidades de ensino;

Cuidar da saúde e bem-estar dos colaboradores, contribuindo com o equilíbrio físico, mental e emocional.



Governança e Integridade

Buscar a equidade de gênero em todos os níveis hierárquicos e na governança da Companhia;

Promover as melhores práticas de governança e transparência nas divulgações e resultados;

Fomentar os princípios de integridade e anticorrupção.

O Compromisso Cogna por um Mundo Melhor é composto por 14 metas públicas para serem cumpridas até 2025 e que passaram a integrar, inclusive, os componentes que definem a remuneração variável da alta liderança, reflexo do amadurecimento da agenda na Companhia que integrou a agenda ASG entre os seus direcionadores estratégicos:

Direcionadores estratégicos

ESTRATÉGIA | GENTE & CULTURA | CRESCIMENTO | **IMPACTO SOCIAL - ESG** | EFICIÊNCIA | INOVAÇÃO & TECNOLOGIA

Ser agente de transformação da sociedade por meio da oferta de educação, desenvolvendo e estimulando em suas empresas práticas ambientais, sociais e de governança sustentáveis.

No site da Cogna, dedicado a agenda ASG, é possível acompanhar o reporte dos principais indicadores materiais trimestralmente que são divulgados junto dos releases de resultados. Além disso, compartilhados as principais notícias, as metas que compõem os Compromissos Cogna por um Mundo Melhor e demais atualizações da agenda estão disponíveis em: <https://www.esgcogna.com.br>.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que tenham influência relevante.

** ** *

ANEXO B**Informações Indicadas nos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário De Referência**

(Conforme art. 11 da RCV 81)

7.3. Relação de administradores e membros do conselho fiscal**Conselho Fiscal**

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou nº do Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Eleito pelo controlador	Data do primeiro mandato	Experiências profissionais	Declaração de eventuais condenações nos últimos 5 anos
Anderson de Souza Marques	20/11/1973	Contador	012.936.637-43	Conselho Fiscal (Efetivo)	28/04/2023	29/04/2023	Até a AGO 2024	Não	29/04/2022	O Sr. Anderson de Souza Marques é membro suplente do Conselho Fiscal. Formado em ciências contábeis pela Universidade Salgado de Oliveira (2005), MBA Executivo pela COPPEAD - UFRJ (2006), certificação como conselheiro pelo IBGC. Atua como Controller Regional América Latina desde março de 2021 da Dover Fueling Solutions Brazil. Possui 25 anos de experiência profissional, dos quais 11 anos na PwC e 14 anos em executivas sêniores nas empresas Afton Chemical, Carioca Christiani-Nilsen Engenharia e Banco Modal S.A. O Sr. Anderson não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor. O Sr. Anderson não se enquadra no conceito de pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.	Sr. Anderson não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Eduardo Christovam Galvi Mestieri	08/01/1991	Administrador	398.427.698-28	Conselho Fiscal (Efetivo)	28/04/2023	29/04/2023	Até a AGO 2024	Não	29/07/2020	Eduardo Mestieri é sócio fundador da Alaska Asset Management e analista de renda variável. Formado em Administração de Empresas pelo Insper, iniciou sua carreira em 2012 e passou por empresas como Skipper Investimentos e VentureStar Capital Management. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Magazine Luiza (2017- atual) e da Sonae Sierra Brasil (2017 - atual).	Sr. Eduardo não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Scalzo	24/05/1951	Licenciado em Física	370.933.557-49	Conselho Fiscal (Efetivo)	28/04/2023	29/04/2023	Até a AGO 2024	Não	Licenciado em Física é formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1974. Ao longo de sua carreira realizou trabalhos de auditoria e prestou consultoria em empresas de ramos de atividade e portes diversificados. Atualmente é consultor independente e conselheiro fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC em 2009. Atua como membro titular do conselho fiscal das seguintes empresas: Americanas S.A(desde 2022); Omega Geração S.A (desde 2020) ; Maringá Ferro e Ligas S.A(desde 2013) e, Westing S.A(2022); Foi, ainda, conselheiro fiscal das seguintes empresas: Companhia e Cervejaria Brahma-AmBev (1992 a 2003); Contax S.A. (2005 a 2007); Hopi Hari (2000 a 2008); Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2007); Equatorial Energia S.A. (2007) ;Beneficiência Médica Brasileira – Hospital São Luiz(2008 a 2012) , ALL-América Latina Logística S.A(2004 a 2014), Aliansce Shopping Centers S.A(2014 a 2015), MLog S.A (2015) , BHG Hoteis S.A (2011 a 2015);Magnesita Refratários S.A; Suzano Holding S.A(2015 a 2018);Aceco S.A(2015 a 2018), South American Ligthing Participações S.A(2016 a 2018);e Camil Alimentos S.A (2018 a 2019), Tecnisa S.A (2007 a 2019), Magnesita S.A (até 2019) e São Carlos Participações S.A(até 2019); BR Properties S.A(até 2020);Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A(suplente) e Lojas Americanas S.A (desde a sua constituição até sua incorporação em nov/2021) e	Sr. Ricardo não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer
-----------------------	------------	----------------------	----------------	---------------------------	------------	------------	----------------	-----	---	--

										B2W Digital S.A(suplente). Foi eleito para o Conselho Fiscal da Cogna para os exercícios de 2011 a 2021.	
Wagner Brilhante de Albuquerque	16/07/1964	Contador e Administrador	813.745.427-68	Conselho Fiscal (Suplente)	28/04/2023	29/04/2023	Até a AGO 2024	Não	29/04/2022	O Sr. Wagner Brilhante de Albuquerque é membro suplente do Conselho Fiscal. Formado em ciências contábeis e administração de empresas pela UGF – Universidade Gama Filho, MBA de Gestão Empresarial na Fundação Dom Cabral (2001 a 2003), certificação como conselheiro pelo IBGC. Atuou como Diretor Presidente – CEO (2019-2021), Diretor Financeiro- CFO e Diretor de Relações com Investidores (2016-2019) na Bombril S.A;. Possui 31 anos de experiência profissional, dos quais 12 anos na PwC e 19 anos em posições de diretoria executivas e Gerência Sênior em áreas financeiras e administrativas. Atuou como CFO no Grupo Lojas Leader e Seller (Varejo moda; Cameba e UD); CFO no Grupo Itacar (Rede distribuidor atomotivo) em 2015; CFO no Grupo Dadalto (Varejo mercantil e financeiro) – entre 2010 -2013, como Diretor de Operações Financeiras e Controladoria (2008-2010) no Grupo Pão de Açúcar (Eletro) e como Gerente Sênior de Controladoria (2004-2008) no Grupo Brasil Telecom. O Sr. Wagner não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor. N O Sr. Wagner não se enquadra no conceito de pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.	Sr. Wagner não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
William Cordeiro	06/07/1991	Engenheiro	092.197.196-65	Conselho Fiscal (Suplente)	28/04/2023	29/04/2023	Até a AGO 2024	Não	29/07/2020	O Sr. William Cordeiro é sócio fundador e analista de renda variável na Alaska Asset Management desde 2015. Em 2014, foi analista de renda variável na VentureStar.	Sr. William não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros

									Atualmente, ocupa cargo de conselheiro fiscal na Marcopolo S.A e na Randon S.A desde 2017. Também é conselheiro fiscal na Valid Soluções S.A desde 2019. Já ocupou cargos suplentes no Conselho Fiscal da Rumo S.A, Log-In Logística Intermodal S.A e Celesc S.A. Ocupou cargo suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A.. Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. O Sr. William não ocupa outros cargos de administração em empresas do terceiro setor. O Sr. William não se enquadra no conceito de pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.	Privados, mesmo que não transitada em julgado; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Marcelo Curti	09/01/1962	economista	036.305.588-60	Conselho Fiscal (Suplente)	28/04/2023	29/04/2023	Até a AGO 2024	Não	Formado em Economia e Pós-Graduado em Administração de Empresas, ambos pela Fundação Armando Alvares Penteado, Gestão de Projetos e Gestão do Conhecimento pela Fundação Getúlio Vargas. Foi membro do Conselho de Administração nas empresas BCP SP S/A e BSE NE S/A, ambas entre 1998 e 2003, atualmente é membro do Conselho de Administração na Anauger S.A desde abril de 2018. Atua como membro titular do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Duke Energy International, Geração Paranapanema S/A (atual CTG) desde 2009, Hypera S/A desde 2013, Cosan S/A – Indústria e Comércio desde 2013, Rumo S/A desde 2017, Suzano Holding desde 2015, Whirpool S.A desde 2018. É Presidente do Conselho Fiscal e membro suplente da Congás desde 2018	Sr. Marcelo não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; bem como (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4. Relação de comitês não estatutários

Os membros do Conselho Fiscal não integram comitês da Companhia.

7.5. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia não mantêm qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre si, ou com administradores de controladas. Como a Companhia não possui controlador, não se aplica à Companhia a existência das relações acima referidas.

7.6. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

** ** *

ANEXO C

Informações Indicadas na Seção 8 do Formulário de Referência

(Conforme art. 13, II, da RCVM 81)

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa prática de remuneração tem o objetivo de atrair, reter e valorizar profissionais da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas, e de obter um maior alinhamento dos interesses desses profissionais com as demandas e desafios dos nossos negócios.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração possui como principal objetivo atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento de educação ou de outros segmentos de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa.

A remuneração dos membros dos Comitês de Estratégia e Inovação, Financeiro e M&A, Pessoas e ESG, Auditoria e Risco possui objetivos semelhantes àqueles estabelecidos na remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Os principais objetivos da prática de remuneração dos diretores estatutários e não estatutários são (i) o engajamento, com o objetivo primordial de geração de valor para a Companhia; (ii) a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o resultado da Companhia; (iii) vincular o desempenho dos diretores ao desempenho operacional, de qualidade e financeiro da Companhia, aos seus planos de negócio e objetivos; (iv) alinhar a remuneração dos diretores com os interesses dos acionistas da Companhia; e (v) otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos, visando atrair, engajar e reter profissionais capacitados para garantir a sustentabilidade de seus negócios.

A Companhia possui uma Política de Remuneração do Conselho de Administração, a qual foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de outubro de 2018, e encontra-se disponível para consulta no site da CVM (Sistema IPE) e no site de relações com investidores da Companhia (ri.cogna.com.br/).

Além da Política de Remuneração e das práticas descritas acima, a Companhia possui o Plano de Remuneração Variável, ou PRV. O PRV segue diretrizes estabelecidas em política específica, com contratos individuais distribuídos aos elegíveis, esclarecendo as regras do plano e as metas anuais para o programa, cujos objetivos são: (a) a retenção e valorização profissional de executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas; e (b) possibilitar à Companhia e às sociedades sob o seu controle obter um maior alinhamento dos interesses desses executivos com os interesses dos acionistas e da Companhia.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

As políticas de remuneração relacionados aos administradores são estabelecidas pelo Comitê de Pessoas e ESG e Conselho de Administração, sendo certo que, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração destinar, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, a remuneração de cada um dos membros do Conselho e a Diretoria da Companhia.

Ainda, o Comitê de Pessoas e ESG é, dentre outras atribuições, responsável por:

a) aprovar a Política de Salários e Benefícios dos Diretores Estatutários e Executivos diretamente vinculados ao Diretor Presidente da Companhia;

b) aprovar, quanto ao Plano de Remuneração baseado em Ações da Companhia, (i) a inclusão de novos beneficiários no Plano; (ii) as condições de cada Contrato; (iii) os aditamentos em Contratos atuais; e (iv) a concessão de novas outorgas a beneficiários do Plano; e

c) assessorar o Conselho de Administração na fixação de metas e avaliação quanto ao seu cumprimento, pelos executivos da Companhia, inclusive para fins de recebimento do bônus anual correspondente ao Plano de Remuneração Variável da Companhia.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia utiliza consultoria especializada em remuneração para estruturar o pacote de remuneração de forma a garantir as melhores práticas de mercado, reforçando a cultura de meritocracia e de alto desempenho alinhada ao planejamento estratégico. O estudo considera entre os critérios de comparação: empresas de capital aberto, de grande porte, com abrangência geográfica, práticas de governança e boas práticas de remuneração. O estudo engloba todos os itens de remuneração total, incluindo remuneração fixa, incentivos de curto prazo, incentivos de longo prazo e benefícios.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A frequência de revisão da remuneração dos administradores é anual, mediante aprovação da proposta no Comitê de Pessoas e ESG.

c. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração mensal fixa considerando os valores praticados pelo mercado, sendo que, nos termos da Política de Remuneração da Companhia, apenas os membros independentes do Conselho de Administração são elegíveis aos nossos planos de incentivo de longo prazo, que, atualmente, englobam os Planos de Opção de Compra de Ações ("Planos de Opções"), Plano de Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas"), e Plano de Opção baseado em Performance, vigente, ("Plano de Performance Shares", e todos em conjunto "Planos de Remuneração Baseada em Ações").

Adicionalmente, caso tais membros participem de um ou mais Comitês, farão jus a um valor adicional mensal pela participação em tais Comitês ou pelo exercício de alguma função de liderança nos Comitês (Coordenador). Os membros em referência também possuem plano de Assistência Médica padrão executivo e Seguro de Vida.

Diretoria Estatutária

Os nossos Diretores Estatutários possuem (i) remuneração mensal fixa, estabelecida de acordo com os valores praticados pelo mercado, (ii) remuneração variável composta por bônus (incentivo de curto prazo), e (iii) Planos de Remuneração Baseada em Ações (incentivos de longo prazo). Estes benefícios têm como objetivo estimular a nossa Diretoria Estatutária e alinhá-la aos nossos objetivos estratégicos, além de visar a atração e retenção de profissionais diferenciados e que agreguem valor aos nossos resultados. Os membros em referência também possuem plano de Assistência Médica padrão executivo, Seguro de Vida, Vale Refeição e Estacionamento em seu pacote de benefícios.

Nosso Plano de Remuneração Variável ("PRV") é destinado aos Diretores Estatutários, Vice-Presidentes Estatutários, Vice-Presidentes não Estatutários, Diretores não Estatutários e demais elegíveis, utilizando como referência de metas o desempenho financeiro, de qualidade e operacional da Companhia. O pagamento do PRV é efetuado após a divulgação auditada e oficial dos nossos resultados anuais.

A remuneração da Diretoria Estatutária compreende a remuneração fixa, variável de curto prazo (PRV), variável de longo prazo (Planos de Remuneração Baseada em Ações), benefícios e encargos previstos em Lei.

Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, os membros do nosso Conselho Fiscal fazem jus, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção que são necessárias ao desempenho da função, também à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os elegeu. Esta remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração que, em média, é atribuída a cada um de nossos Diretores Estatutários. Neste valor não são computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados.

O reajuste da remuneração do Conselho Fiscal segue reajustes anuais da remuneração da nossa Diretoria Estatutária. Os membros em referência possuem Seguro de Vida.

Comitê de Auditoria e Risco, Comitê Financeiro e de M&A, Comitê de Estratégia e Inovação e Comitê de Pessoas e ESG

Desde dezembro de 2019, os conselheiros passaram a ter remuneração fixa e adicional caso compusessem um Comitê ou exercessem alguma função de liderança no Conselho ou nos Comitês (Coordenador). As remunerações seguem valores de mercado.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social corrente:

	Remuneração 2022			Remuneração 2021			Remuneração 2020		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	77%	23%	100%	77%	23%	100%	77%	23%	100%
Diretoria Estatutária	24%	76%	100%	28%	72%	100%	19%	81%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê de Auditoria e Riscos	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê Financeiro e de M&A	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê Estratégia e Inovação	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%
Comitê de Pessoas e ESG	100%	0%	100%	100%	0%	100%	100%	0%	100%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é acordada entre o profissional e o Comitê de Pessoas e ESG, considerando os critérios de governança estabelecidos na política de remuneração da Companhia. Anualmente, é aplicado percentual de reajuste sobre o pró-labore base dos profissionais, de acordo com as correções aplicadas à categoria profissional, além de possíveis reajustes conforme melhores práticas de mercado, visando reter colaboradores talentosos e altamente motivados e aliando os seus interesses aos interesses da Companhia.

Para os Diretores não Estatutários, a remuneração fixa é definida entre a Diretoria Estatutária e Comitê de Pessoas e ESG, tendo, anualmente, a aplicação do percentual de reajuste da categoria, além de possíveis reajustes conforme melhores práticas de mercado, visando reter colaboradores talentosos e altamente motivados e aliando os seus interesses aos interesses da Companhia. Estes também são contemplados pelo nosso plano de benefícios, que consiste em Assistência Médica, Vale Refeição, Seguro de Vida e Estacionamento.

A remuneração fixa dos Conselheiros Fiscais é calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, no qual, a orientação é de que a remuneração destes seja calculada com base em 10% da remuneração média da Diretoria Estatutária, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros de nosso Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa mensal e adicionais por participação em Comitês, não sendo elegíveis ao nosso PRV (Plano de Remuneração Variável). Os nossos Diretores Estatutários recebem remuneração fixa mensal e são elegíveis ao PRV. Os membros do Conselho de Administração, os Diretores Estatutários e um grupo de executivos, são elegíveis ao nosso Plano de Ações Restritas, assinando contratos mercantis com a Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa é determinada com base nas melhores práticas de mercado, enquanto a remuneração variável (PRV) está pautada em metas financeiras, comerciais, operacionais, ASG de qualidade e desempenho das áreas.

Para aferir a consecução de metas financeiras, nos baseamos em nosso EBITDA, nossa geração de caixa e resultado operacional. Ao analisarmos as metas comerciais, nos baseamos em nossa captação e retenção de alunos. Já em relação às metas operacionais e de qualidade, levamos em consideração nossos planos de trabalho (projetos), avaliação institucional, satisfação de nossos alunos (NPS) e nosso desempenho no ENADE. Por fim, utilizamos diversos indicadores para aferir o desempenho individual de nossos colaboradores ou o desempenho consolidado da Companhia. Os indicadores de desempenho estão diretamente relacionados com o resultado financeiro da Companhia, metas de crescimento em captação e rematrículas e rentabilidade.

- ii. No cálculo da remuneração variável (PRV) máxima, há previsão de um sistema de incentivo para hipóteses de superação dos resultados estabelecidos para cada administrador, da seguinte forma: a cada 1% de superação das metas do administrador, sua remuneração variável (PRV) será sempre acrescida 3 vezes o percentual de superação até o atingimento de 133,33%, a partir do qual o atingimento acelerado final a ser considerado será de 200%.**Razões que justificam a composição da remuneração**

As razões para composição da remuneração são, principalmente, o incentivo da melhoria de nossa gestão e a permanência dos nossos executivos na Companhia, visando ganhos pelo comprometimento e desempenho de curto prazo e com os resultados de longo prazo.

- iii. **A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Ao longo do exercício social de 2022, um membro do Conselho de Administração renunciou parcialmente à sua remuneração.

- d. **Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por nossos controladores diretos ou indiretos, porém determinados administradores possuem sua remuneração suportada por controladas da Companhia, conforme descrito no item 8.19 abaixo.

- e. **Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração prevista para o Exercício Social de 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.235.040,00	10.431.186,48	574.733,16	15.240.959,64

Benefícios direto e indireto	114.429,67	533.574,71	572,4	648.576,78
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	15.930.270,17	0,00	15.930.270,17
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações incluindo opções	6.740.415,00	14.932.061,45	0,00	21.672.476,45
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 8.20 abaixo.			
Total da remuneração	11.089.884,67	41.827.092,82	575.305,56	53.492.283,05

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,26	5,47	3,52	14,25
Nº de membros remunerados	5,01	5,47	3,52	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.940.000,00	8.147.528,18	510.873,92	12.598.402,10
Benefícios direto e indireto	111.695,82	368.482,09	187,8	480.365,71
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.836.877,78	0,00	11.836.877,78
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações incluindo opções	1.435.205,00	18.036.569,00	0,00	19.471.774,00
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 8.20 abaixo.			
Total da remuneração	5.486.900,82	38.389.457,05	511.061,72	44.387.419,59

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,58	4,33	4,00	14,91
Nº de membros remunerados	4,67	4,33	4,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.838.100,00	10.991.906,79	746.357,40	14.576.364,19
Benefícios direto e indireto	75.576,93	204.303,79	694,64	280.575,36
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	15.924.362,08	0	15.924.362,08
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	885.334,38	12.533.462,91	0,00	13.418.797,29
Baseada em ações incluindo opções	0,00	15.924.362,08	0,00	15.924.362,08
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 8.20 abaixo.			
Total da remuneração	3.799.011,31	39.654.035,57	747.052,04	44.200.098,92

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	5,50	4,00	18,50
Nº de membros remunerados	8,00	5,50	4,00	17,50
Remuneração fixa anual	(b)	(a)	N/A	N/A
Salário ou pró-labore	2.874.344,33	8.887.998,15	548.758,59	12.311.101,07
Benefícios direto e indireto	172.309,71	220.621,81	0,00	392.931,52
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	N/A	(c)	N/A	0
Bônus	-121.121,01	23.999.503,17	0,00	23.878.382,16
Participação de resultados	0,00	2.015.431,70	0,00	2.015.431,70
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações incluindo opções	1.231.759,88	15.297.327,35	0,00	16.529.087,23
Observação	O número de membros indicado acima corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social, conforme tabela do Item 8.20 abaixo.			
Total da remuneração	4.157.292,91	50.420.882,18	548.758,59	55.126.933,68

- (a) Em 2020 devido ao efeito Covid, houve a redução da Remuneração Fixa dos Estatutários da Cogna por 3 meses.
(b) Em 2020 devido ao efeito Covid, houve a redução da Remuneração Fixa dos Conselheiros da Cogna por 8 meses.
(c) A Cogna teve uma redução no realizado do pagamento da Participação de Resultados devido ao efeito Covid no resultado

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável (prevista) – exercício social corrente a ser encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	2.585.782,98	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	15.930.270,17	n/a	n/a

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	12.928.914,92	n/a	n/a
--	-----	---------------	-----	-----

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,26	5,47	3,52	14,25
Nº de membros remunerados	5,01	5,47	3,52	14
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	1.922.821,85	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	19.228.218,54	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	14.421.163,91	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	11.836.877,78	n/a	n/a

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,58	4,33	4,00	14,91
Nº de membros remunerados	0,00	4,33	0,00	4,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	2.248.983,24	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	22.489.832,37	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	11.244.916,19	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	15.924.362,08	n/a	n/a

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,50	4,00	18,5
Nº de membros remunerados	0,00	5,50	0,00	5,5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a

Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	2.015.431,70	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	16.123.453,61	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	4.534.721,33	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	2.015.431,70	n/a	n/a

(a) A Cogna teve uma redução do pagamento da Participação de Resultados devido ao efeito Covid no resultado.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Temos atualmente 4 (quatro) Planos de Opção de Compra de Ações ("Planos de Opções"), 1 (um) Plano de Ações Restritas ("Planos") e 1 (um) Plano de Opção baseado em Performance, vigente, ("Plano de Performance Shares").

O nosso primeiro Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de 2009") foi aprovado pela nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2009.

O nosso segundo Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de 2013" e, em conjunto com o Plano de 2009, "Planos Originais") foi aprovado pela nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2013.

Em relação aos dois primeiros Planos, compete ao Conselho de Administração ou ao Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG) , por delegação do Conselho de Administração, definir (i) os beneficiários dos Planos Originais; (ii) o número total e espécie de nossas ações a serem outorgadas no âmbito dos Planos Originais por cada beneficiário; (iii) a divisão da outorga das ações em lotes, se for o caso; (iv) o tempo de carência; (v) o preço de exercício das opções; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades, sempre observando as diretrizes gerais previstas nos Planos Originais.

Os termos e as condições de cada opção serão definidos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG), em contratos de outorga de opção de compra de ações, a serem celebrados entre nós e cada beneficiário. Os respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações definirão o número e a espécie de ações que os beneficiários terão direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e quaisquer outros termos e condições, sempre observando as diretrizes gerais previstas nos Planos Originais.

Conforme disposto nos Planos Originais, podem ser beneficiários nossos conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos de nossas sociedades controladas.

O nosso terceiro Plano de Opção de Compra de Ações (i, ii e iii), foi aprovado pela nossa Assembleia Geral realizada em 03 de julho de 2014 ("Plano de 2014").

Conforme disposto no Plano de 2014, podem ser beneficiários nossos administradores e empregados que eram beneficiários dos Planos de Opção de Compra de Ações da Anhanguera Educacional Participações S/A ("Anhanguera"), aprovados em 30 de abril de 2010 e 11 de março de 2013 ("Planos da Anhanguera") antes da incorporação das ações da Anhanguera por nós ("Incorporação") e tenham opções de compra de ações da Anhanguera outorgadas mas ainda não exercidas, que possam ser exercidas de acordo com as condições estabelecidas nos Planos da Anhanguera, conforme determinação do Conselho de Administração da Anhanguera que ratificou as condições específicas (tais como: número de opções, preço de exercício e eventuais exceções à regra de saída prevista nos Planos da Anhanguera) relativas a cada beneficiário cujas opções serão substituídas por opções de compra de nossas ações ("Opções da Anhanguera" e "Deliberação de Migração").

Compete ao Conselho de Administração ou a um comitê criado por nós ("Comitê"), definir: (i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de nossas opções, nos termos do Plano de 2014, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano de 2014; e (ii) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite de capital autorizado ou a utilização de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de nossas opções outorgadas nos termos do Plano de 2014.

As Opções da Anhanguera de cada beneficiário, conforme Deliberação de Migração, foram substituídas por opções da Companhia, sendo o número total de opções originais de cada beneficiário e o preço de exercício unitário de opção ajustados conforme a relação de troca proposta para a operação, ou seja 0,30970293 de nossas ações para cada Ação da Anhanguera ("Relação de Troca"), para que o valor total a ser desembolsado por cada um dos beneficiários em decorrência do exercício das nossas opções permaneça inalterado em relação ao que seria desembolsado no âmbito dos Planos da Anhanguera.

Para fins do ajuste previsto acima o número total de opções de cada beneficiário dos Planos da Anhanguera foi multiplicado pelo fator da Relação de Troca e o preço de exercício unitário das Opções da Anhanguera foi dividido pelo fator da Relação de Troca. Quando, em decorrência da aplicação da Relação de Troca, o número de nossas opções resultou em número fracionário, procedeu-se arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Os termos e as condições de cada opção outorgada no âmbito do Plano de 2014 observará (i) as condições específicas previstas na Deliberação de Migração; (ii) as regras dos Planos da Anhanguera; e (iii) as condições previstas nos Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Ações e Termos de Adesão celebrados entre Anhanguera e os Beneficiários, desde que tais condições se não expressamente previstas nos Planos da Anhanguera, tenham sido expressamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Anhanguera quando da outorga das Opções da Anhanguera e não contrariem as condições gerais dos Planos da Anhanguera e do Plano de 2014.

O nosso quarto Plano de Opção de Compra de Ações (iv) foi aprovado pela nossa Assembleia Geral realizada em 18 de setembro de 2015 ("Novo Plano Kroton").

Compete ao Conselho de Administração ou ao Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG), por delegação

do Conselho de Administração, definir (i) os beneficiários do Novo Plano Kroton ; (ii) o número total e espécie de nossas ações a serem outorgadas no âmbito do Novo Plano Kroton por cada beneficiário; (iii) tempo de carência; (iv) o preço de exercício das opções; (v) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; (vi) as hipóteses de antecipação de *vestings*; e (vii) eventuais disposições sobre penalidades, sempre observando as diretrizes gerais previstas no Novo Plano Kroton.

Os termos e as condições de cada opção serão definidos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG), em contratos de outorga de opção de compra de ações, a serem celebrados entre nós e cada beneficiário. Os respectivos contratos de outorga de opção de compra de ações definirão o número e a espécie de ações que os beneficiários terão direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e quaisquer outros termos e condições, sempre observando as diretrizes gerais previstas no Novo Plano Kroton.

O nosso primeiro Plano de Outorga de Ações Restritas foi aprovado pela nossa Assembleia Geral realizada em 03 de setembro de 2018 ("Plano de Ações Restritas").

Compete ao Conselho de Administração ou ao Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG) (i) selecionar, dentre as Pessoas Elegíveis, os beneficiários do Plano; (ii) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada beneficiário, observado o número máximo de Ações Restritas que poderá ser concedido de acordo com o Plano, como colocado em sua definição;

(iii) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos beneficiários; (iv) estabelecer o Período de Carência aplicável nos casos de migração de opções de compras de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Novo Plano Kroton, e eventuais restrições adicionais às Ações Restritas; (v) analisar casos excepcionais decorrentes de ou relacionados com o Plano; (vi) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano de Ações Restritas e tratar dos casos omissos, podendo estabelecer, nesta hipótese, diretrizes específicas; e (vii) propor alterações ao Plano de Ações Restritas para aprovação pela Assembleia Geral.

Conforme disposto no Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração ou o Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG) poderá outorgar, no âmbito do Plano, Ações Restritas com o objetivo de promover a migração de opções de compras de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Novo Plano Kroton 2015, sob condição de aceitação expressa dos respectivos beneficiários e sua renúncia às opções de compras de ações ainda não exercidas, fixando seus termos e condições, que observarão as condições originais em relação aos prazos de carência previstos nos contratos de cada beneficiário – salvo disposição em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, inclusive a quantidade de Ações Restritas a ser objeto de outorga no âmbito da migração.

Os termos e as condições de cada contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário do Plano de Ações Restritas serão definidos pelo Conselho de Administração ou Comitê, observados os termos e condições dispostos na definição deste Plano.

Para que o beneficiário faça jus à ação em decorrência do exercício da opção de compra ou transferência de ações restritas, é necessário que tenham sido integralmente cumpridas todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares.

Aos beneficiários das opções de compra de nossas ações ou de ações restritas não são conferidos quaisquer direitos com respeito à manutenção de vínculo contratual conosco. A outorga da opção ou ação restrita no âmbito dos Planos não interferirá em nosso direito de interromper, a qualquer tempo, o vínculo que tivermos com os beneficiários.

A partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações resultantes do exercício das opções ou da transferência de ações no âmbito do Plano de Ações Restritas e, ultrapassado o período de restrições à transferência das mesmas, se for o caso, o beneficiário terá todos os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista previstos em lei e no nosso Estatuto Social.

O nosso primeiro Plano de Outorga de Opções baseado em Performance foi aprovado pela nossa Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2021 ("Plano de Performance Shares").

Compete ao Comitê de Pessoas & ESG outorgar Opções nos termos deste Plano. A outorga de Opções será realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Outorgados, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Comitê: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) os Períodos de Exercício e de Restrição das Opções; (d) as condições de pagamento do Preço de Exercício; (e) as Metas Anuais conforme aplicáveis a cada Outorgado; (g) as Opções Exercíveis conforme percentuais mínimos (piso) e máximos (teto) de atingimento das Metas Anuais.

Os Contratos de Opção serão celebrados individualmente com cada Outorgado, podendo o Comitê estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção celebrado com cada Outorgado, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Outorgados, ainda que tais Outorgados se encontrem em situações similares ou idênticas na estrutura administrativa da Companhia.

As Opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Outorgados, compõem a remuneração variável dos Outorgados e ficam sujeitas às previsões legais e regulamentares pertinentes, em especial o previsto no art. 152 da Lei 6.404/76. O Contrato de Opção deverá estipular mecanismo de redução do número de Opções Exercíveis ou de Ações em montante equivalente aos tributos sujeitos à retenção na fonte sobre a referida remuneração.

Nenhum Outorgado terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que suas Opções sejam devidamente exercidas e as respectivas Ações, adquiridas ou subscritas, nos termos do Plano e respectivo Contrato de Opção. Nenhuma Ação será entregue ao titular em decorrência do exercício da Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

As Opções outorgadas nos termos deste Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Outorgado, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Opção, as Opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- mediante o seu exercício integral;
- após o decurso do Período de Exercício;
- mediante o distrato do Contrato de Opção;

- se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada;
- nas hipóteses previstas no item 9 deste Plano; ou
- em caso de descumprimento pelo Outorgado de quaisquer dos termos e condições deste Plano ou do respectivo Contrato de Opção.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Como indicado acima, temos atualmente 4 (quatro) Planos de Opções, 1 (um) Plano de Ações Restritas e 1 (um) Plano de Performance Shares, todos aprovados em Assembleias Gerais Extraordinárias, sendo que (i) os Planos de Opções foram aprovadas em 23 de outubro de 2009, em 26 de novembro de 2013, em 03 de julho de 2014 e em 18 de setembro de 2015; (ii) o Plano de Ações Restritas foi aprovado em 03 de setembro de 2018; e (iii) o Plano de Performance Shares foi aprovado em 28 de abril de 2021

c. Número máximo de ações abrangidas

Planos de Opções

Nos termos do Plano de 2009, a outorga de opções estava limitada a 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, formando 5 milhões de units na época em que foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária.

A partir de 5 de dezembro de 2012, com a adesão da Companhia ao Novo Mercado da B3, as ações preferenciais de emissão da Companhia foram convertidas em ações ordinárias, permanecendo a outorga de opções limitada a 5 milhões de ações ordinárias, equivalentes a 3,7% do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

Em 26 de novembro de 2013, uma vez que o Plano de 2009 atingiu o limite máximo de opções que poderiam ser outorgadas, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de 2013 em substituição ao Plano de 2009. No plano de 2013, a outorga de ações deve respeitar o limite máximo de 2,0% do capital social da Companhia vigente à época, equivalente, na data da aprovação, a 5.374.078 ações ordinárias.

Em 03 de julho de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, no contexto da aprovação da incorporação de ações da Anhanguera pela Companhia, aprovou um novo Plano de Compra de Ações ("Plano 2014") para recepcionar as opções outorgadas e não exercidas no âmbito dos planos de opção de compra da Anhanguera. O Plano de 2014 não excederá 1,62% do capital social da Companhia, vigente à época, equivalente, em julho de 2014, a 6.520.299 ações ordinárias.

Em 18 de setembro de 2015, uma vez que o Plano de 2013 não dispunha de saldo suficiente para novas outorgas, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Novo Plano Kroton. No Novo Plano Kroton, a outorga de ações deve respeitar o limite máximo de 1,99% do capital social da Companhia vigente à época, equivalente, na data da aprovação, a 32.347.295 ações ordinárias.

Plano de Ações Restritas

No Plano de Ações Restritas, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 03 de setembro de 2018, o número máximo de ações que poderá ser concedido é de 19.416.223, quantidade correspondente a 1,18% do capital social total da Companhia vigente na data de aprovação, excluídas as ações que se encontrem em tesouraria também nesta data.

Plano de Performance Share

No Plano de Opções baseado em Performance, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de abril de 2021, o número máximo de ações que poderá ser concedido é de 37.532.124, quantidade correspondente a 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia vigente na data de aprovação, já considerando hipoteticamente o potencial máximo anual, durante 48 meses, decorrente do atingimento máximo de 150% (cento e cinquenta por cento) (teto) das Metas Anuais. Excluídas as ações que se encontrem em tesouraria também nesta data.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Opções

No Plano de 2009 a outorga de opções estava limitada a 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, formando 5 milhões de units na época em que foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Após a adesão da Companhia ao Novo Mercado da B3, as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, permanecendo a outorga de opções limitada a 5 milhões de ações ordinárias, equivalentes a 3,7% do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

No Plano 2013 a outorga de ações passou a respeitar o limite máximo de 2% do capital social da Companhia vigente à época, equivalente a 5.374.078 ações ordinárias.

No Plano 2014, como cada opção permite ao beneficiário adquirir uma ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, de emissão da Companhia, em julho de 2014, o número máximo de opções que estão sujeitas ao Plano de 2014 é de 6.520.299 ações ordinárias, equivalente a 1,62% capital social total da companhia nessa data.

No Novo Plano Kroton como cada opção permite ao beneficiário adquirir uma ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, de emissão da Companhia, em setembro de 2015, o número máximo de opções que estão sujeitas ao Novo Plano Kroton é de 32.347.295 ações ordinárias, equivalente a 1,99% capital social total da companhia nessa data.

Plano de Ações Restritas

No Plano de Ações Restritas, o número máximo de ações que poderá ser concedido é de 19.416.223, quantidade correspondente a 1,18% do capital social total da Companhia vigente na data de aprovação.

Plano de Performance Share

No Plano de Opções baseado em Performance, o número máximo de ações que poderá ser concedido é de 37.532.124, considerando hipoteticamente o potencial máximo anual, durante 48 meses, decorrente do atingimento máximo de 150% (cento e cinquenta por cento) (teto) das Metas Anuais, quantidade correspondente a 2% do capital social total da Companhia vigente na data de aprovação.

e. Condições de aquisição de ações

Conforme descrito no item 8.4 "a" acima, o nosso Conselho de Administração, Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG), conforme o caso, fixa os termos e as condições de cada contrato de outorga de opção de compra de ações, a ser celebrado entre nós e cada beneficiário.

Nenhuma ação poderá ser entregue a qualquer beneficiário em decorrência do exercício da opção ou de transferência de ações restritas, a não ser que todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Salvo decisão contrária do Conselho de Administração ou do Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG), conforme o caso, o exercício da opção outorgada nos termos do primeiro Plano de Opção ficará sujeito ao cumprimento dos seguintes períodos de carência, ou vesting:

- a) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- c) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- d) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 meses a contar da data da outorga da opção de compra; e
- e) 1/5 do total da opção poderá ser exercido ao final de 60 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Para os contratos firmados em 01.08.2012, aprovados pelo Conselho de Administração com base no primeiro Plano de Opção, aprovado em AGE realizada em 23/10/2009, são válidas as seguintes premissas:

- a) 1/6 do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/6 do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- c) 2/6 do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 meses a contar da data da outorga da opção de compra; e
- d) 2/6 do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Para os contratos firmados em 26.11.2013, aprovados pelo Conselho de Administração com base no Plano de 2013, são válidas as seguintes premissas:

- a) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- c) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 meses a contar da data da outorga da opção de compra; e
- d) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Para os contratos firmados em 03 de julho de 2014, aprovados pelo Conselho de Administração com base no terceiro plano de opção, são válidas as seguintes premissas:

- a) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- c) 1/3 do total da opção poderá ser exercido ao final de 60 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Para os contratos firmados a partir de 18.09.2015, incluindo as outorgas realizadas em 2016, 2017 e 2018, aprovados pelo Conselho de Administração com base no Novo Plano Kroton, são válidas as seguintes premissas:

- a) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 06 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- b) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 18 meses a contar da data da outorga da opção de compra;
- c) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 30 meses a contar da data da outorga da opção de compra; e
- d) 1/4 do total da opção poderá ser exercido ao final de 42 meses a contar da data da outorga da opção de compra.

Caso as opções de compra não sejam exercidas pelos respectivos beneficiários em até 60 meses após a data do cumprimento de cada um dos prazos acima indicados, para o Plano de 2009, e 48 meses para o Plano de 2013 e Novo Plano Kroton, o beneficiário perderá o direito ao exercício das respectivas opções, salvo no caso de prazo final para exercício fixado de maneira distinta no respectivo contrato de outorga de opção de compra, ou decisão contrária do nosso Conselho de Administração ou Comitê de Recursos Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG). Os prazos acima poderão ainda ser antecipados, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Recursos Humanos, nas hipóteses de mudança de nosso controle, conforme disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Plano de Ações Restritas

Para o Plano de Ações Restritas, as ações devem ser transferidas em até 10 (dez) dias contados da data do término do Período de Carência. São válidas as seguintes premissas sobre o Período de Carência:

- a) Para ações restritas outorgadas com o objetivo de promover a migração de opções de compra de ações do Novo Plano Kroton, são mantidos os prazos de carência originais da outorga de opções, salvo disposição em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê.
- b) Para as demais outorgas, o período de carência será de 3 (três) anos contado da data de outorga das ações restritas, i.e., da data de assinatura do respectivo contrato entre a Companhia e o beneficiário.

Plano de Performance Share

Para o Plano de Opções baseado em Performance, a cada período de 12 (doze) meses contados da data de celebração do respectivo Contrato de Outorga e desde que o Outorgado permaneça continuamente vinculado à Companhia, até 25% (vinte e cinco por cento) das Opções outorgadas estarão disponíveis para exercício pelo Outorgado ("Períodos de Carência" e "Opções Exercíveis").

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opções

O preço de exercício o da opção de compra ou Preço de Exercício referente ao Plano de 2009 foi determinado pelo Conselho de Administração, e equivale ao valor médio atribuído às nossas ações nos pregões da B3, realizados nos 60 dias anteriores à data de assinatura do respectivo contrato de opção de compra de ações, aplicando-se um desconto de até 20% (vinte por cento).

O preço de exercício da opção de compra ou Preço de Exercício referente ao Plano de 2013 foi determinado pelo Conselho de Administração, e equivale ao valor médio atribuído às nossas ações nos pregões da B3, realizados em período a ser determinado pelo Conselho de Administração ou Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, sendo o percentual de desconto definido pelo Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG). O Preço de Exercício, por determinação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso será acrescido de correção monetária, calculada com base na variação de um índice de preços a ser determinado nos respectivos contratos de opção de compra.

O preço de exercício das nossas opções outorgadas nos termos do Plano de 2014 é o mesmo fixado no âmbito dos Planos Anhanguera e nos respectivos Contratos de Opção, sendo o preço unitário ajustado em decorrência da aplicação da Relação de Troca para que o valor total a ser desembolsado por cada um dos Beneficiários em decorrência do exercício de opções permaneça inalterado. Nos termos dos Planos Anhanguera, o preço de exercício das Opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, (i) com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 90 (noventa) últimos pregões que antecederem a outorga; ou (ii) com base na média da cotação das Units da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 90 (noventa) últimos pregões que antecederem a outorga, com desconto ou ágio de até 20%, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê.

O preço de exercício da opção de compra, ou Preço de Exercício, referente ao Plano de 2015 foi determinado pelo Conselho de Administração, e equivale ao valor médio atribuído às nossas ações nos pregões da B3, considerando no máximo 60 pregões anteriores à data da assinatura do respectivo contrato de opção de compra de ações.

Plano de Ações Restritas

Para o Plano de Ações Restritas, não há preço de exercício: a concessão das ações é realizada sem onerosidade aos beneficiários.

Plano de Performance Share

Para o Plano de Opções baseado em Performance o Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será de R\$ 0,01 (um centavo de real) por Ação. O Preço de Exercício será pago pelos Outorgados à Companhia em até 10 (dez) dias úteis contados da data do exercício da respectiva Opção pelo Outorgado.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo fixado objetiva que os beneficiários dos Planos se comprometam com os objetivos de longo prazo da Companhia.

Planos de Opções

Os prazos de exercício são de 60 meses para a primeira outorga do Plano de 2009 e 36 meses para as demais outorgas. Caso as Opções outorgadas no âmbito do Plano de 2009 não sejam exercidas em até 60 (sessenta) meses após a data do cumprimento dos períodos de carência, ou vesting, conforme descritos no item 8.4.h acima, o beneficiário perderá o direito ao exercício das respectivas opções, salvo no caso de prazo final para exercício fixado de maneira distinta no Contrato.

Para o Plano de 2013 foi considerado 48 meses para a outorga. Salvo decisão contrária do nosso Conselho de Administração ou do Comitê, por ocasião da outorga das opções ao beneficiário, o exercício da opção outorgada nos termos do nosso Plano de 2013 fica sujeito ao cumprimento dos períodos de carência, ou vesting, conforme descritos no item 8.4.h acima.

Com relação ao Plano de 2014, as nossas opções poderão ser exercidas de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos Contratos de Opção e Termo Aditivo.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das nossas opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

Nenhum beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de nosso acionista até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano de 2014 e respectivo Contrato de Opção e Termo Aditivo. Nenhuma ação será entregue ao titular em decorrência do exercício de nossa opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Para o Novo Plano Kroton, o prazo máximo para exercício é de 48 meses a partir da aquisição do direito ao exercício (fim do período de vesting).

Plano de Ações Restritas

Para o Plano de Ações Restritas, o conceito não se aplica: as ações devem ser transferidas em até 10 (dez) dias contados da data do término do período de carência.

Plano de Performance Share

Para o Plano de Opções baseado em Performance o Período de Exercício das Opções Exercíveis se iniciará no dia seguinte ao término do respectivo Período de Carência e findará em 12 (doze) meses.

O Outorgado que desejar exercer suas Opções Exercíveis deverá comunicar por escrito à Companhia, durante o respectivo Período de Exercício, a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção ("Termo de Exercício de Opção").

O Outorgado poderá exercer suas Opções Exercíveis total ou parcialmente, desde que respeitado o Período de Exercício.

As Opções Exercíveis não exercidas pelo Outorgado no respectivo Período de Exercício serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e

sem direito a qualquer indenização e não poderão ser exercidas após o transcurso de novos Períodos de Carência.

h. Forma de liquidação

Uma vez exercida a opção pelo beneficiário, as ações correspondentes à opção serão objeto de emissão por meio de aumento do nosso capital. Também poderão ser oferecidas ações existentes em tesouraria. A liquidação das ações ocorrerá mediante ao pagamento do Preço de Exercício pelos beneficiários e entrega das respectivas ações subscritas e/ou vendidas de nossa emissão, conforme contrato mercantil assinado entre as partes.

Para o Plano de Ações Restritas, as ações devem ser transferidas em até 10 (dez) dias contados da data do término do período de carência.

Para o Plano de Opções baseado em Performance em até 15 (quinze) dias após o recebimento do Termo de Exercício da Opção, a Companhia deverá informar por escrito ao respectivo Outorgado:

- a quantidade de Ações correspondentes a cada Opção Exercível, considerando a previsão no Contrato de Opção, o grau de atingimento pela Companhia das Metas Anuais e a redução do número de Opções Exercíveis ou Ações para fazer frente a eventuais tributos sujeitos à retenção na fonte;
- o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício pela quantidade de Opções Exercíveis informada pelo Outorgado no Termo de Exercício da Opção;
- a data de entrega ao Outorgado das Ações objeto do exercício das Opções Exercíveis, a qual deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do Termo de Exercício da Opção; e
- o período em que o Outorgado deverá efetuar o pagamento do Preço de Exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia.

i. Restrições à transferência das ações

Os beneficiários estão sujeitos às regras restritivas à negociação de ações constantes da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021. Além disso, conforme previsto em nosso Plano de Opção, o nosso Conselho de Administração ou o Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG) poderá, a qualquer tempo, estabelecer eventuais restrições adicionais à transferência das ações resultantes do exercício das opções.

Os direitos e obrigações decorrentes dos Planos e dos contratos de opção de compra de ações não poderão ser cedidos ou transferidos, em sua totalidade ou em parcialidade, por qualquer uma das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte.

Para o Novo Plano Kroton, salvo determinação específica em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, quando da outorga das opções, 50% (cinquenta por cento) das ações decorrentes do exercício de cada um dos Lotes estarão sujeitas a um período mínimo de indisponibilidade de 6 (seis) meses a contar da Data do Exercício ("Período de Lock-Up").

Caso o Lote seja exercido parcialmente pelo Beneficiário, o percentual indicado neste item será aplicado sobre as ações efetivamente recebidas pelo Beneficiário.

Para o Plano de Ações Restritas, não há restrição à transferência das ações recebidas.

Para o Plano de Opções baseado em Performance, as Opções se tornarão exercíveis desde que os respectivos Outorgados permaneçam continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou Subsidiárias pelo período compreendido entre a Data de Outorga e a data de encerramento do respectivo Período de Exercício.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Planos de Opções

Para os Planos de Opções, na hipótese de nossa dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual não sejamos a sociedade remanescente, os Planos terminarão e qualquer opção, até então concedida extinguir-se-á, exceto se, em conexão com tal operação (quando cabível), estabelecer-se por escrito a permanência dos Planos e a assunção das opções até então concedidas, com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustes apropriados ao número e preço de ações, caso em que os Planos continuarão na forma então prevista.

Plano de Ações Restritas

Para o Plano de Ações Restritas, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão, ou qualquer reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação no Novo Mercado da B3, a exclusivo critério do Conselho de Administração ou Comitê: (i) os períodos de carência poderão ser antecipados, para que as Ações Restritas possam ser imediatamente recebidas pelos beneficiários, e Ações Restritas adquiridas pelo beneficiário que eventualmente estejam sujeitas a restrições à sua transferência, ficarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento, respeitado eventual direito de preferência, se houver, sendo que após o referido prazo, este Plano terminará; ou (ii) este Plano poderá ser adotado pela companhia sucessora, sujeito à aprovação em Assembleia Geral desta última. O Conselho de Administração ou Comitê poderá, a seu critério, promover uma combinação destas duas alternativas.

Plano de Performance Share

No caso do Plano de Opções baseado em Performance a outorga de Opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração da Companhia, o Comitê, e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Outorgado, determinar, sem prejuízo de outras medidas: (a) a substituição das Ações objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das Ações correspondentes na operação em questão.

Caso o número, espécie e classe das Ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das Ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

Nenhuma disposição do Plano ou Opção outorgada nos termos do Plano conferirá a qualquer Outorgado o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia ou as Subsidiárias, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindirem o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

Cada Outorgado deverá aderir expressamente aos termos do Plano, mediante assinatura do Contrato de Opção conforme aprovado pelo Comitê.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano, a critério do Comitê, protegidos todos os direitos dos Outorgados relativamente às Opções já outorgadas.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos da saída do administrador variam conforme os Planos e a causa da mesma.

Nos Planos Originais, caso de dispensa por Justa Causa, salvo decisão específica contrária do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Recursos Humanos (cujo papel, conforme aplicável, atualmente pertence ao Comitê de Pessoas & ESG) ou do Comitê, conforme o caso, caducarão, sem indenização, todas as opções não exercidas, ainda que cumprido o Vesting.

Para fins dos nossos Planos, considera-se como "Justa Causa" a violação a deveres e responsabilidades previstos na legislação aplicável, no nosso Estatuto Social, nos Planos e nos contratos de opção de compra de nossas ações, bem como, os previstos na legislação trabalhista, na hipótese do beneficiário ser empregado.

Salvo decisão específica contrária do Conselho de Administração ou do Comitê, nas hipóteses de dispensa sem Justa Causa, pedido de demissão do beneficiário, falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente, serão observadas as seguintes disposições:

(a) caso já tenham sido cumpridos integralmente os Vestings para exercício das opções de compras, o beneficiário ou seus sucessores, no caso de falecimento, poderão exercer as opções no prazo de 30 dias; e

(b) caso não tenham sido cumpridos os respectivos períodos de carência o beneficiário ou seus sucessores, no caso de falecimento, perderão o direito de exercer as opções sem nenhuma indenização.

O prazo previsto no caso de dispensa sem Justa Causa não será aplicável aos beneficiários membros do nosso Conselho de Administração que tenham cumprido integral e satisfatoriamente o mandato inicial para o qual foram eleitos. Neste caso, o beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) de que seja(m) titular(es) no prazo de até dois anos após o término de seu mandato.

No Plano de 2014 e Novo Plano Kroton, se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o beneficiário:

(a) desligar-se por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;

(b) for desligado por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;

(c) for desligado por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;

(d) desligar-se por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais opções; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o qual tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;

(e) falecer: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais opções; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, desde que o façam no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais opções

restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Para fins de atender ao disposto no Acordo de Associação e na Deliberação de Migração, o Conselho de Administração determinará a alteração das regras previstas no Plano 2014, as quais serão formalizadas no Termo Aditivo a ser assinado com cada Beneficiário a quem tais regras forem aplicáveis nos termos do Acordo de Associação ou Deliberação de Migração.

Para o Plano de Ações Restritas, nas hipóteses de desligamento do beneficiário por qualquer motivo, incluindo (com ou sem Justa Causa) demissão, por iniciativa do empregador ou do beneficiário, renúncia ou destituição do cargo de administrador, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano serão extintos caso não tenha decorrido integralmente o Período de Carência, Entretanto, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá, a seu exclusivo critério, deixar de observar esta regra, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário, podendo, conforme aplicável, condicionar o tratamento diferenciado à observância de obrigações após o desligamento, incluindo obrigações de não concorrência com a Companhia, não aliciamento de colaboradores ou outras que, a critério do Conselho de Administração ou o Comitê, atendam aos interesses sociais.

Para o Plano de Opções baseado em Performance nas hipóteses de Desligamento do Outorgado: (i) os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano e as Opções que tenham sido outorgadas, mas cujo Período de Carência não tenha transcorrido, serão extintos e rescindidos de pleno direito; e (ii) o Período de Restrição deverá ser observado.

Não obstante o disposto no item acima, o Comitê poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas conferindo tratamento diferenciado a determinado Outorgado.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	6,00
Nº de membros remunerados	2,00	6,00
Outorga de opções de compras de ações	1.372.500	25.169.332
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 5,14	R\$ 4,92
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A

Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,073%	1,341%

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,26	5,52
Nº de membros remunerados	2,00	5,52
Outorga de opções de compras de ações	1.556.688	28.065.893,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social	R\$4,54	R\$ 3,07
Perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exercidas durante o exercício social	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,083%	1,496%

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,58	4,33
Nº de membros remunerados	3	3
Outorga de opções de compras de ações	900.000	15.690.686,00
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 7,88	R\$ 7,39
Perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exercidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,05%	0,84%

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,58
Nº de membros remunerados	3	3
Outorga de opções de compras de ações	900.000	15.690.686
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 7,32	R\$ 7,20
Perdidas e expiradas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exercidas durante o exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,05%	0,84%

8.6. E'm relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções de compra outorgadas previstas para o exercício social encerrado em 31/12/2023

Não há outorgas de compra de ações previstas para o ano de 2023.

Opções de compra outorgadas do exercício social encerrado em 31/12/2022

Não houve outorgas de compra de ações para o ano de 2022.

Opções de compra outorgadas do exercício social encerrado em 31/12/2021

PSU-2021_05 e PSUM-2021_05	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,58	4,33
Nº de membros remunerados	2,33	5,52
Data de outorga	03/05/2021	03/05/2021
Quantidade de opções outorgadas	656.688	11.485.207
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1º Lote - 01/05/2022 2º Lote - 01/05/2023 3º Lote - 01/05/2024 4º Lote - 01/05/2025	1º Lote - 01/05/2022 2º Lote - 01/05/2023 3º Lote - 01/05/2024 4º Lote - 01/05/2025
Prazo máximo para exercício das opções	1º Lote - 01/05/2023 2º Lote - 01/05/2024 3º Lote - 01/05/2025 4º Lote - 01/05/2026	1º Lote - 01/05/2023 2º Lote - 01/05/2024 3º Lote - 01/05/2025 4º Lote - 01/05/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	1 ano	1 ano
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 3,87	R\$ 3,87
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 2.541.382,56	R\$ 44.447.751,09

Opções de compra outorgas do exercício social encerrado em 31/12/2020

SOP-2013_06SAD estendido (2)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,50
Nº de membros remunerados	N/A	1
Data de outorga	N/A	08/04/2020

Quantidade de opções outorgadas	N/A	17.102
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	08/04/2020
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	08/04/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$0,21
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 3.591,42

SOP-2013_1126 estendido	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,50
Nº de membros remunerados	1,00	N/A
Data de outorga	08/04/2020	N/A
Quantidade de opções outorgadas	200.000	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	LOTE 1 - 08/04/2020 LOTE 2 - 08/04/2020	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	LOTE 1 - 08/04/2023 LOTE 2 - 08/04/2023	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,23	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 45.000,00	N/A

SOP-2013_1136 estendido (2)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,50

Nº de membros remunerados	N/A	1
Data de outorga	N/A	08/04/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	3.600.000.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	LOTE 1 - 08/04/2020 LOTE 2 - 08/04/2020
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	LOTE 1 - 08/04/2023 LOTE 2 - 08/04/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,42
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1.512.000.000,00

SOP-2015_10 estendido (3)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,50
Nº de membros remunerados	N/A	3
Data de outorga	N/A	08/04/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	6.840.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	08/04/2020
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	08/04/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 0,14
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 957.600,00

SOP-2015_11 estendido	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,50
Nº de membros remunerados	2,00	N/A
Data de outorga	08/04/2020	N/A
Quantidade de opções outorgadas	400.000	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	LOTE 1 - 08/04/2020 LOTE 2 - 08/04/2020 LOTE 3 - 08/04/2020	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	LOTE 1 - 08/04/2023 LOTE 2 - 08/04/2023 LOTE 3 - 08/04/2023	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,26	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 104.000,00	N/A

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,26	5,47
Nº de membros remunerados	2,33	5,47
Em relação às opções ainda não exercíveis		
i. quantidade	472.500	8.459.084
ii. data em que se tornarão exercíveis	01/05/2023 01/05/2024 01/05/2025	01/05/2023 01/05/2024 01/05/2025
iii. prazo máximo para exercício das opções	01/05/2024 01/05/2025 01/05/2026	01/05/2024 01/05/2025 01/05/2026
iv. prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,01	R\$ 0,01

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 1.828.575,00	R\$ 32.736.655,08
Em relação às opções exercíveis		
i. quantidade	600.000	11.206.664
ii. data em que se tornaram exercíveis	08/04/2020 01/05/2022	08/04/2020 01/05/2022
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 8,21	R\$ 6,60
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,18	R\$ 0,44
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 107.000,00	R\$ 4.923.496,36

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,26	5,47
Nº de membros remunerados	3,00	5,47
Número de ações	276.282	4.772.683
Preço médio ponderado de exercício	0,01	0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	2,68	2,68
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	737.673	12.743.064

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,58	4,33
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
--	-----	-----

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,58
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Número de ações	0,00	118.027
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,000%	0,006%

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,26	5,47
Nº de membros remunerados	0,00	4,29
Número de ações	0,00	201.239
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00%	0,011%

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,58	4,33
Nº de membros remunerados	3,00	3,00
Número de ações	414.624,00	3.752.879
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,02%	0,20%

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,50
Nº de membros remunerados	3,00	4,58
Número de ações	414.624	4.293.802
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,02%	0,23%

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos anos de 2021 e 2022 não foi realizada outorga de ações. Em 2023 não está prevista a outorga de ações

Ações entregues – outorga realizada em 01/07/2020

RSU - 2020_0701	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,50
Nº de membros remunerados	N/A	1
Data de outorga	N/A	01/07/2020
Quantidade de ações outorgadas	N/A	69.406
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$6,97
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 483.759,82

Ações entregues – outorga realizada em 01/09/2020

RSU – 2020 -0901	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	5,50
Nº de membros remunerados	N/A	1
Data de outorga	N/A	01/09/2020

Quantidade de ações outorgadas	N/A	48.621
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 5,95
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 289.294,95

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,26	5,47
Nº de membros remunerados	2,03	4,29
Número de ações	0	83.212
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 3,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 236.322,00

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,58	4,33
Nº de membros remunerados	3	4
Número de ações	414.624	4.189.218
Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 3,06	R\$ 3,06
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 1.268.749,71	R\$ 12.819.005,74

Ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	5,5
Nº de membros remunerados	0	0
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

a. Modelo de precificação

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 - pagamento baseado em ações, estimamos o valor justo das ações e opções nas respectivas datas das outorgas e reconhecemos como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos.

Para todos os nossos planos de opções outorgados até 31 de dezembro de 2014 utilizamos o método Black & Scholes para estimar o valor justo das opções. Para os planos de opções outorgados de 2015 em diante, passamos a utilizar o modelo “Binomial”, por representar melhor as condições de exercício antecipado (conforme comentado na norma internacional IFRS 2).

Para o nosso plano de ações restritas, também dentro das recomendações do CPC 10, como o valor do ativo concedido (ação) é observável no mercado (B3), utilizamos seu valor de mercado (cotação da ação na data de outorga) como estimativa do valor justo. Portanto, para o plano de ações restritas não foram utilizados modelos de precificação, por isto não são citados nos itens seguintes.

Para o nosso Plano de Opções baseado em Performance, também dentro das recomendações do CPC 10, como o preço da opção pago pelo outorgado é de R\$ 0,01 em contrapartida das ações que adquirir, ativo esse observável no mercado (B3), também utilizamos seu valor de mercado (cotação da ação na data de outorga) como estimativa do valor justo. Portanto, para o plano de opções baseado em Performance não foram utilizados modelos de precificação, por isto não são citados nos itens seguintes.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Preço de Exercício

Foi considerado o preço de exercício dos contratos em sua data de outorga.

Volatilidade Esperada

Foi considerado o histórico dos retornos da Companhia em um período similar à vida da opção. Até 2013 foi utilizada a metodologia de cálculo baseada no Desvio Padrão. A partir de 2015 a Companhia passou a utilizar o modelo EWMA pela sua maior precisão, e partir de 2017 o modelo GARCH, também visando aumento de precisão.

Prazo de Vida da Opção

Foi considerada a própria vida da opção.

Taxa de Juros Livre de Risco

Foram considerados títulos negociados no mercado, indexados a índices que representam a taxa de juros livre de risco, com vencimento similar à vida da opção.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Nos planos que utilizaram o de modelo Black-Scholes, não foram incorporadas premissas para representar o exercício antecipado das opções.

Já nos planos que utilizaram o modelo Binomial, consideramos que o beneficiário se interessa a exercer sua opção (quando essa está exercível) quando a ação atinge um valor 1,6 vezes o valor do preço de exercício. Ou seja, nessas situações, ele não aguarda o vencimento do contrato para exercê-las.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para as outorgas feitas até 31/12/2013, a medida da volatilidade considerada no modelo de precificação de opções foi o desvio padrão anualizado das taxas compostas de retorno das ações, calculada mediante observação de preços de nossas ações em frequência diária.

Já para as outorgas realizadas a partir de 2015, a companhia passou a utilizar o modelo EWMA pela sua maior precisão, e partir de 2017 o modelo GARCH, também visando aumento de precisão.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não houve outra característica da opção incorporada na mensuração de seu valor justo.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Item não aplicável

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Item não aplicável, considerando que não mantemos ou oferecemos planos de previdência para os membros do nosso Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	5,47	4,33	5,50	5,26	6,58	9	3,52	4	4
Nº de membros remunerados	5,47	4,33	5,50	5,01	4,67	8	3,52	4	4
Valor da maior remuneração (Reais)	16.498.435,52	21.177.206,61	32.598.203,71	1.392.691,38	941.359,83	1.011.011,36	191.624,67	157.044,23	205.178,64
Valor da menor remuneração (Reais)	1.419.572,52	2.179.230,11	3.176.752,15	98,67	0	209.719,11	63.906,19	157.044,23	205.178,64
Valor médio da remuneração (Reais)	5.096.834,00	9.157.975,88	10.182.560,68	577.796,60	813.492,79	591.520,22	127.765,43	163.912,48	205.178,64

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses.
31/12/2021	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses.
31/12/2020	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2022	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado desconsidera membros não remunerados.
31/12/2021	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado desconsidera membro não remunerado.

31/12/2020	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses.
-------------------	---

Conselho Fiscal	
31/12/2022	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses.
31/12/2021	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses. Valor mínimo apurado desconsidera membro não remunerado.
31/12/2020	Membro correspondente à maior remuneração exerceu cargo por 12 meses.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Assinamos com alguns de nossos administradores e empregados-chave contratos que preveem obrigações de não concorrência a serem observadas por tais administradores ou colaboradores em caso de sua saída da Companhia. Em contrapartida por tais deveres de não concorrência, a Companhia assumiu contratualmente o dever de pagar a remuneração prevista em contrato.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possuía nos três últimos exercícios sociais administradores e membros do conselho de administração que fossem partes relacionadas aos controladores.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que não houve remuneração aos membros do conselho de administração, fiscal e da diretoria estatutária que não fossem referentes à função que ocupavam nos três últimos exercícios sociais.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social 2023 – remuneração recebida em função do exercício no cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	1.782.579,72	6.163.642,96	94,19	7.946.316,87
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

Exercício social 2023 – demais remunerações recebidas, especificando a que títulos foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

Exercício social 2022 – remuneração recebida em função do exercício no cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	636.247,24	7.078.029,40	100.679,16	7.814.955,80
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

Exercício social 2022 – demais remunerações recebidas, especificando a que títulos foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

Exercício social 2021 – remuneração recebida em função do exercício no cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	636.334,39	4.783.417,23	125.131,22	5.544.882,84
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

- (a) Alguns membros da diretoria estatutária, conselho fiscal ou conselho de administração da Cia tiveram parte da sua remuneração suportada pela controlada.
- (b) Os valores indicados nesta tabela estão inclusos no valor da remuneração global descrito no item 8.2 acima.

Exercício social 2021 – demais remunerações recebidas, especificando a que títulos foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	n/a	n/a	n/a	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

Exercício social 2020 – remuneração recebida em função do exercício no cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	651.145,46	4.382.319,34	90.611,02	5.124.075,82
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

- (a) Alguns membros da diretoria estatutária, conselho fiscal ou conselho de administração da Cia tiveram parte da sua remuneração suportada pela controlada.
- (b) Os valores indicados nesta tabela estão inclusos no valor da remuneração global descrito no item 8.2 acima.

Exercício social 2020 – demais remunerações recebidas, especificando a que títulos foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Controladas do Emissor	n/a	28.975.289,52	n/a	28.975.289,52
Sociedades sob controle comum	n/a	n/a	n/a	n/a

(c) Alguns membros da diretoria estatutária receberam de sua controlada valores referente ao pagamento de Bônus IPO e aos encargos.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item 8.2

O valor outorgado em ações para o ano de 2023 considera o atingimento superado no ano vigente, conforme prevê o Plano de Performance Share e descrito nos itens 8.1 e 8.4.

Os encargos sociais de ônus dados ao empregador quando somados a remuneração global resultam na tabela a seguir:

Remuneração prevista para o Exercício Social de 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Outros (Remuneração Fixa)	847.008,00	2.086.237,30	114.946,63	3.048.191,93
Outros (Remuneração Variável)	0,00	3.186.054,03	0,00	3.186.054,03
Descrição de outras remunerações	O item "Outros" é a contribuição ao INSS e demais encargos incididos sobre remuneração baseada em ações			
Total da remuneração (item 8.2)	11.089.884,67	41.827.092,81	575.305,56	53.492.283,04
Total da remuneração	11.936.892,67	47.099.384,14	690.252,19	59.726.529,00

Itens 8.5 a 8.7

Nos itens 8.5, 8.6 e 8.7, para fins de cálculo da diluição dos planos de incentivo de longo prazo baseados em opções de compras de ação, foi considerado o número de ações disponível no capital social integralizado da companhia em 31/12/2022 (1.876.606.210).

Conforme explicado no item 8.4, o Plano de Ações Restritas aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de setembro de 2018 prevê a outorga de ações restritas visando, além da outorga de novas ações a beneficiários, a migração de parte das opções de compra de ações outorgadas pela Companhia no âmbito do Novo Plano Kroton 2015 a beneficiários determinados. No item 8.7, todas as ações entregues no âmbito do Plano de Ações Restritas são referentes a outorgas de migração de opções de compra de ações.

Número de Membros

Os números de membros de cada órgão para os exercícios sociais de 2023, 2022, 2021 e 2020 indicados no Item 8.2 acima, correspondem à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente para cada exercício social, com duas casas decimais. A memória de cálculo da quantidade de membros dos três últimos exercícios e à prevista é apresentada na tabela abaixo:

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	5,00	6,00	3,00
Fevereiro	5,00	6,00	3,00
Março	5,00	6,00	3,00
Abril	5,00	6,00	3,00
Maio	5,00	6,00	3,00
Junho	5,00	6,00	3,00
Julho	5,00	6,00	3,00
Agosto	5,00	6,00	3,00
Setembro	5,00	6,00	3,00
Outubro	5,00	6,00	3,00
Novembro	5,00	6,00	3,00
Dezembro	5,00	6,00	3,00
Média	5,00	6,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	6,00	4,00	5,00
Fevereiro	6,00	4,00	5,00
Março	6,00	3,58	5,00
Abril	5,10	6,00	3,19
Maio	5,00	6,00	3,00
Junho	5,00	6,00	3,00
Julho	5,00	6,00	3,00
Agosto	5,00	6,00	3,00
Setembro	5,00	6,00	3,00
Outubro	5,00	6,00	3,00
Novembro	5,00	6,00	3,00
Dezembro	5,00	6,00	3,00
Média	5,26	5,47	3,52

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	6,00	5,00	4,00
Fevereiro	6,00	5,00	4,00
Março	6,00	5,00	4,00
Abril	6,00	5,00	4,00
Maio	7,00	4,00	4,00
Junho	7,00	4,00	4,00
Julho	7,00	4,00	4,00
Agosto	7,00	4,00	4,00
Setembro	7,00	4,00	4,00
Outubro	7,00	4,00	4,00
Novembro	7,00	4,00	4,00
Dezembro	6,00	4,00	4,00
Média	6,58	4,33	4,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	9,00	6,00	4,00
Fevereiro	9,00	5,00	4,00
Março	9,00	6,00	4,00
Abril	9,00	6,00	4,00
Maio	9,00	6,00	4,00
Junho	9,00	6,00	4,00
Julho	9,00	6,00	4,00
Agosto	9,00	5,00	4,00
Setembro	9,00	5,00	4,00
Outubro	9,00	5,00	4,00
Novembro	9,00	5,00	4,00
Dezembro	9,00	5,00	4,00
Média	9,00	5,50	4,00